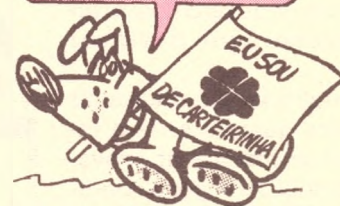


EXTRA: UNITA PERDE ELEIÇÃO E
TENTA O GOLPE EM ANGOLA!



BRASIL AGORA

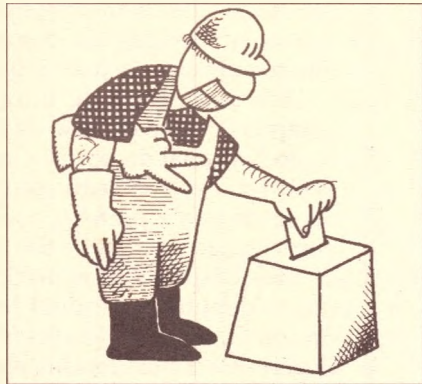
EX-COMUNISTA
QUANDO PERDE
A VERGONHA, VIRA
NEOMALUFISTA!



ANO II Nº 27

09 A 22 DE NOVEMBRO DE 1992

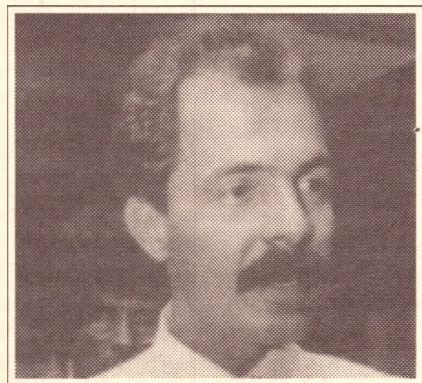
CR\$ 9.000,00



ELEIÇÕES 92

O desempenho do PT
nas cidades operárias

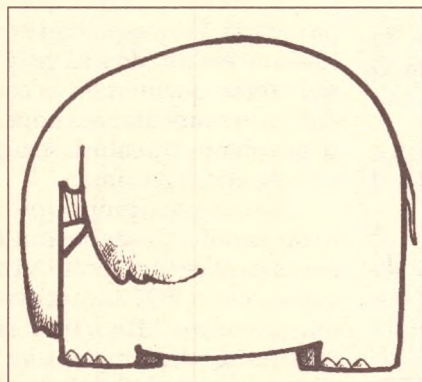
PÁGINAS 7 A 10



AJUSTE FISCAL

Aloísio Mercadante
expõe suas propostas

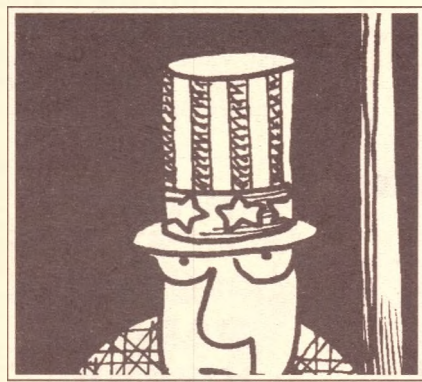
PÁGINAS 12 E 13



PRIVATIZAÇÕES

Mobilização popular
defende a Ultrafértil

PÁGINA 14



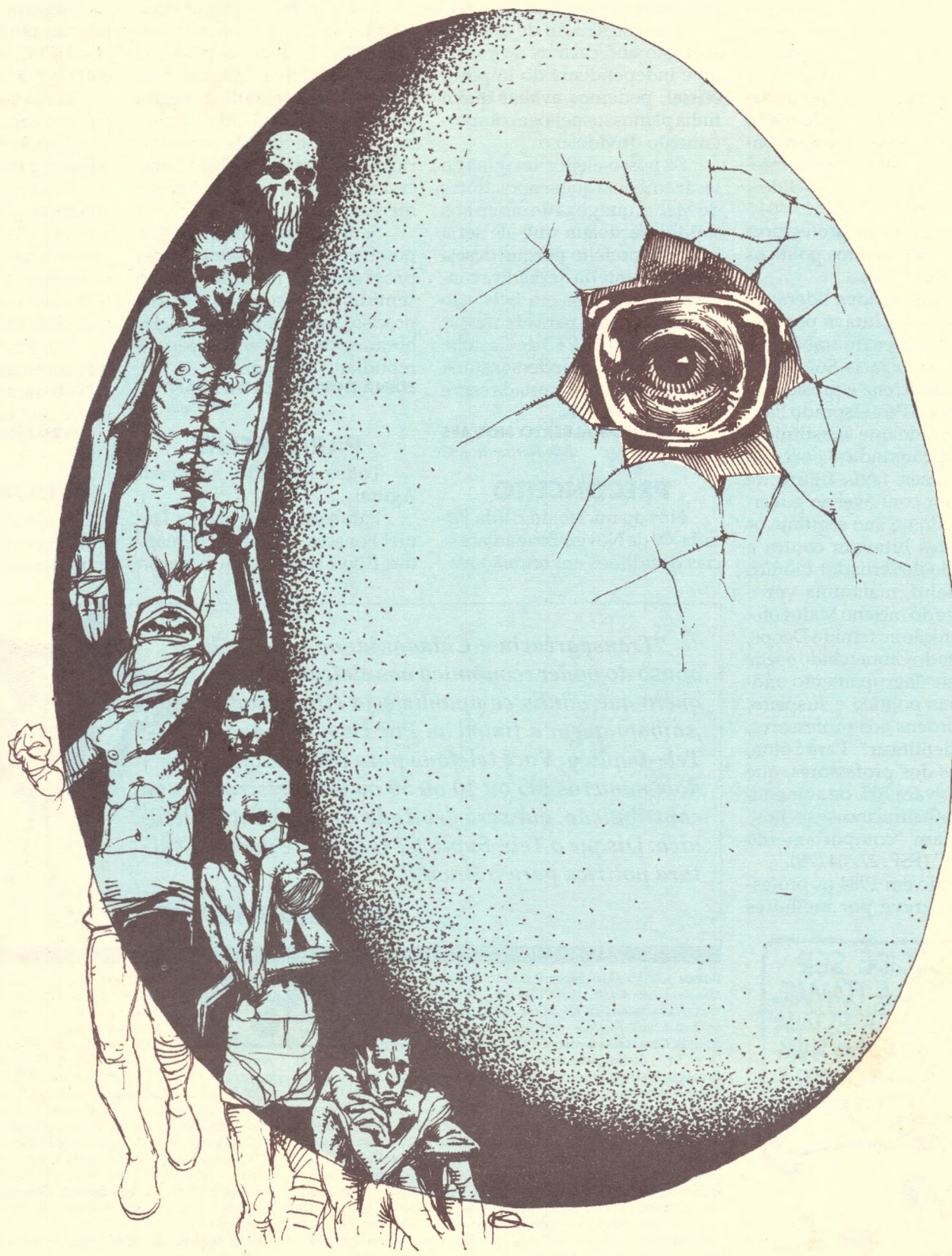
ESTADOS UNIDOS

Derrota de Bush
preocupa conservadores

PÁGINA 15

O OVO DA SERPENTE

*Carandiru, Febem, arrastões:
manipulando a explosão social e
ressuscitando a defesa dos "governos
fortes", a direita joga pesado nas eleições.*



A vitória de Clinton

Com a eleição de Bill Clinton, os democratas chegam à Casa Branca propondo, de forma bastante cautelosa, a restauração da presença mais afirmativa do Estado, objetivando viabilizar uma política agressiva de normatização e investimentos capaz de reverter os índices acentuados de desemprego, possibilitar maior crescimento econômico e reduzir o déficit público do governo federal. Alia-se a isso a característica preocupação do Partido Democrata, que deverá prevalecer no novo governo, com a preservação das conquistas sociais da população norte-americana e com a vigência da igualdade de direitos no âmbito de uma sociedade bastante plural.

Entretanto, se do ponto de vista da política interna, as formulações dos democratas polarizam em relação aos eixos das administrações republicanas dos últimos 12 anos, a mesma perspectiva não se aplica ao delineamento da política externa dos Estados Unidos. As propostas do novo

presidente inovam apenas com a referência, sem que iniciativas concretas sejam anunciadas, à necessidade de um golpe mais incisivo do governo no sentido de contribuir para o enfrentamento dos problemas relacionados à preservação do ambiente. Sinal enunciativo dessa preocupação foi a escolha do senador Al Gore, identificado com a militância ambientalista, como companheiro de chapa de Bill Clinton, e, agora, novo vice-presidente norte-americano.

Não há, portanto, por parte dos futuros governantes democratas, qualquer alusão ao "conflito Norte-Sul" ou o reconhecimento de um cenário global de demarcação entre o campo dos países desenvolvidos e aquele dos países periféricos, no qual se situam o Brasil e América Latina.

Conseqüentemente, ao contrário da postura que começa a ser assumida pelas forças políticas européias, não se verifica na plataforma de Bill Clinton a existência de propostas que se dirijam ao equacionamento dos

Foro de São Paulo, ano 3

O Foro de São Paulo realizou em julho deste ano, em Manágua, seu terceiro encontro. Dele participaram mais de cem delegados, representando 43 partidos e movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe além de dezenas de observadores dos Estados Unidos e Canadá, da Europa, Ásia e África.

O Foro reuniu-se pela primeira vez em 1990, em São Paulo. Foi uma iniciativa do Partido dos Trabalhadores a partir de conversações mantidas entre Lula e outros dirigentes partidários com líderes de alguns dos mais importantes partidos de esquerda do continente. A reunião foi convocada com o nome de Encontro de Partidos e Movimentos de Esquerda da América Latina e do Caribe e contou com a presença de 48 organizações.

Somente a partir de 1991, quando se realizou o segundo encontro na cidade do México, tendo como anfitrião o Partido da Revolução Democrática (PRD), é que a denominação "Foro de São Paulo" passou a ser adotada.

Já em São Paulo, mas sobretudo, no México quando 68 partidos concorreram à reunião, ficou evidente que se tratava de um evento político de grande significação. Desde 1967, quando se reuniu em Havana a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), não ocorria no continente um encontro capaz de agregar um número tão significativo de forças políticas de esquerda. À diferença da OLAS, ou das reuniões de partidos comunistas ou social-democratas, o que tem marcado as reuniões do Foro é a pluralidade de perspectivas dos partidos e movimentos presentes em seus encontros e nos seminários que mais recentemente começou a organizar.

DIVERSIDADE. Lado a lado têm-se encontrado no Foro de São Paulo partidos comunistas no poder (Cuba) ou fora dele (Argentina, República Dominicana), partidos socialistas de distintas configurações político-ideológicas, alguns, inclusive, como é o caso do chileno, participando do governo. Mas nele estão igualmente organizações guerrilheiras da Colômbia, forças que já implementaram

processos de paz em seus países (Frente Farabundo Martí, de El Salvador) ou que tentam fazê-lo, como a UNRG guatemalteca. O Foro abriga partidos com importante experiência revolucionária e governamental, como a Frente Sandinista ou uma nova safra de partidos de esquerda, muitos dos quais estiveram prestes a vencer as eleições seus países, como o PRD do México e o PT do Brasil. A quase totalidade das organizações que integram a Frente Ampla, do Uruguai, está no Foro, da mesma forma que organizações que passaram, há um certo tempo (MAS, da Venezuela) ou mais recentemente (M-19, da Colômbia) por processos de transformação política intensa.

Esta diversidade, que não se esgota nos exemplos antes mencionados, tem sido um fator importante, contribuindo para um debate onde estão presentes praticamente todos os pontos de vista do espectro político latino-americano, o que é novo em um ambiente político marcado até bem pouco tempo pela intolerância.

Mas este elemento, reconhecido como saudável exemplo de convivência, tem-se revelado nos últimos meses um fator de paralisia do Foro, colocando algumas inquietações sobre seu futuro.

IMPASSES. O PT e outras organizações avaliaram que na reunião de Manágua, a despeito da impecável organização que os anfitriões sandinistas deram ao evento, houve uma queda notória da qualidade do debate político, com uma exagerada ênfase nos enfoques nacionais e, com bastante frequência, em proclamações de caráter doutrinário feitas muitas vezes por organizações de escassa implantação e representação sociais em seus países.

Não se trata obviamente de criar uma ridícula oposição entre organizações "grandes" e "pequenas", pois estas situações, como se sabe, são transitórias. Mas é evidente que um debate dominado pela problemática tão cara aos grupúsculos de esquerda, não somente impede que os verdadeiros problemas do continente venham a ser abordados, como cerca o

O P I N I A O

A perspectiva é de maior intervenção do Estado na economia. Na política externa, poucas mudanças.

problemas ligados à pobreza e ao subdesenvolvimento no mundo. Tal constatação é um indicador a mais a reforçar a necessidade de que os partidos e organizações políticas brasileiras desenvolvam um trabalho ativo de interlocução junto ao futuro governo e à sociedade norte-americana, com a finalidade de influir no processo de definição de posições vitais para o nosso país e para o conjunto da população do planeta.

PEDRO DALLARI

Deputado estadual (PT-SP) e secretário do Governo da Prefeitura de São Paulo, participou, representando o PT, da Convenção do Partido Democrata que definiu a candidatura de Bill Clinton à presidência dos Estados Unidos.

O P I N I A O

A diversidade de opiniões da esquerda reunida no Foro é uma qualidade, mas também um problema.

Foro de uma imagem regressiva, em um momento em que os olhos das esquerdas dos outros continentes, vivendo profundas e diferenciadas crises, se voltam para o renascimento das forças progressistas em muitos países do continente.

Estes impasses começaram a ser discutidos em uma reunião do Grupo de Trabalho do Foro, há poucos dias em Montevideu, e deverão ser aprofundados em março em nova reunião do GT prevista para São Paulo. Destes debates e de muitas consultas entre as principais forças que integram o Foro podem sair boas perspectivas para dar a esta importante iniciativa um vigor e, sobretudo, uma qualidade que tem sido ultimamente ameaçada. O resultado deste esforço deverá aparecer em julho de 1993, quando o Foro reunir seu Quarto Encontro, em Havana.

MARCO AURÉLIO GARCIA,

Membro da Comissão Executiva Nacional do PT e seu secretário de Relações Internacionais, assistiu a todos os encontros do Foro.

E D I T O R I A L

NEOMALUFISMO CARA DE PAU

Porta-voz do quercismo, a revista IstoÉ disparou um petardo contra o PT, qualificado como "o último moicano da guerra fria", incapaz de entender que nestas eleições a "denúncia ideológica não funcionou". IstoÉ poderia ter teorizado sobre as denúncias fiscais que vinculam Quercia a Maluf e que explicam o manifesto pró-malufista assinado por vários ex-comunistas e divulgado recentemente pela imprensa (desconhece-se quem pagou sua veiculação).

Tanto quanto um problema ideológico, a derrota de Maluf é caso bem prático para quem se quer progressista, democrata, de esquerda, socialista. Os episódios ocorridos no Carandiru, na Febem e nos arrastões - manipulados pela direita, que os apresenta como um bom motivo para votar em candidatos que preconizam "governos fortes", desses que chamam o Exército para reprimir favelados - demonstram não apenas que o país está explodindo, mas principalmente que a direita brasileira continua com a sensibilidade social e política de um Justo Veríssimo, para quem pobre bom é pobre morto (páginas 4, 5 e 6).

Se há quem prefira votar na direita, há também quem prefira votar na esquerda. A terceira vitória petista em Diadema, a segunda em Ipatinga, os resultados de Volta Redonda e Betim, somados às fortes mas insuficientes votações obtidas em São Bernardo e Santo André, mostram a força do PT nas cidades de concentração operária (páginas 7 a 10).

Antes de nossa próxima edição, já serão conhecidos os resultados do segundo turno das eleições. Como o pleito está longe de ser uma disputa "administrativa" (como quer a supra-citada voz do quercismo), seus resultados sinalizarão quais as perspectivas do país no próximo biênio.

Ainda nesta edição: o PT discute sua posição frente ao governo Itamar (página 11); Aloísio Mercadante fala sobre o ajuste fiscal (páginas 12 e 13); barrada a privatização da Ultrafertil (página 14); Bush é derrotado nas eleições norte-americanas (página 15); as Américas em questão (página 16).

O EDITOR

A ILUSTRAÇÃO DE CAPA DESTA EDIÇÃO É DE KYPPER



OUVIDOR GERAL

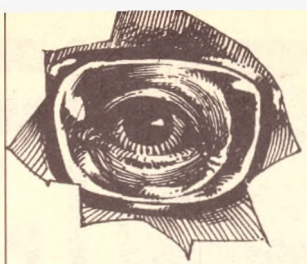
Era uma vez um Brasil com administrações populares ou progressistas em Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, Santos, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Santos, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia, Salvador, Maceió, Aracaju, João Pessoa, Recife e Rio Branco, pelo menos. Esse Brasil tem eleições quase gerais em 1994, de deputado estadual a presidente da República. Em algum lugar do país esse quadro está sendo sentido como um pesadelo.

Similia similibus curantur, dizia a homeopatia caseira e oficial. A um pesadelo aplica-se outro. A inquietação varre as capitais brasileiras. Massacre no Carandiru, em São Paulo, sob o olhar cúmplice de quem, no fundo, acha que índio bom é índio morto; arrastões infernizam as praias do Rio; a Febem arde durante a noite em São Paulo; marginais ameaçam espaços públicos em várias capitais do Brasil; a Praça da Sé (sempre São Paulo!) vira praça de guerra.

RECUERDOS. Recordemos alguns fatos da campanha Collor: Lula ia ganhar no segundo turno no Rio Grande do Sul (e ganhou). Resultado: baderna em Porto Alegre, com uma horda a demolir lojas na Rua da Praia, no centro da cidade, e pancadaria em Caxias do Sul. Acaso? Hoje tem-se provas de que, pelo menos em relação ao segundo episódio, não. A "direita profunda" no Brasil tem vinculação com a marginalidade: esta é uma das heranças que ficaram dos tempos da ditadura e do uso dos piores aparatos policiais, como os de Sérgio Paranhos Fleury e seus Esquadrões da Morte, na repressão política. Daí a imaginar conspiratas em curso é só um pequeno passo.

Claro: o combustível aí está a solta, com a miséria, o descaso oficial, a frustração constante que roem a alma de milhões de brasileiros enquanto literalmente devoram seus corpos. Mas assim como não acredito na geração espontânea da vida (hoje em dia) acho esse negócio de combustão espontânea muito difícil e complicado. Quem lucra? Quem cozinha a serpente no ovo?

FLÁVIO AGUIAR



O OVO DA SERPENTE

Brasil, pátria cordial: Diante do shopping Riosul, a fila de ônibus que vêm da Zona Norte aguarda que cheguem os policiais, suas armas e seus cães. Quando eles sobem, obrigam a maioria - os pretos, pardos e pobres - a descer. Do lado de fora os guardas fazem a revista humilhante: querem saber o que há nos bolsos. Poucos passageiros seguem viagem. Os que têm pouco dinheiro são obrigados a voltar, ou detidos sob o argumento técnico de "suspeita fundada", e em seguida levados ao distrito policial mais próximo e enquadrados em inquérito por "formação de quadrilha".

BRASIL, TERRA DE IRMÃOS: O ônibus contorna a orla marítima da Zona Sul do Rio, em direção a São Conrado. Na caixa do cobrador há um maço especial de notas de quinhentos. O passageiro recebe uma delas e percebe que algo macula, no verso, a gravura bucólica em que o ecólogo Augusto Ruschi aparece junto a um colibri. Aproxima os olhos e lê os dizeres, carimbados em cada uma das cédulas: "Sr. passageiro, cuidado. Esse negro ao seu lado pode ser um assaltante".

BRASIL, PAÍS SEM ÓDIOS: Jovens da Barra da Tijuca distribuem aos milhares folhas de papel em que imprimiram pidades canalhas contra negros. "Por que preto não erra?", pergunta uma delas; e responde de pronto: "Porque errar é humano". Ao fim da série de agressões, surge numa frase o desejo oculto na mente dos autores: "Toma cuidado, negão, pois a Lei Áurea foi assinada a lápis".

CONTRA A ESQUERDA. Encruado ao sabor dos tempos, sempre disfarçado mas sempre acalentado, o ódio das elites brancas e ricas do Rio contra a maioria negra ou miserável explodiu nas últimas semanas num festival de discriminação. Veio à tona num momento político marcantes. Pela primeira vez, pode chegar à Prefeitura uma mulher que é, por sua própria figura física, um símbolo do ascenso dos de baixo. Pela primeira vez, também, a revolta do morro e da favela contra a desigualdade social escandalosa da cidade flui majoritariamente para uma alternativa de esquerda, ao invés de engrossar as águas do populismo.

A vaga de racismo e preconceito teve início em 18 de outubro, o segundo domingo depois de consolidada a vitória de Benedita da Silva no primeiro turno das eleições municipais. No início da tarde, em diversos pontos da orla marítima, uma série de conflitos entre jovens vindos do subúr-

RIO DE JANEIRO

O apartheid mora ao lado

Imprensa e classe média forjam um "arrastão", segregam pobres e negros e investem contra a favelada que pode ser prefeita



A polícia é adepta da teoria das cores

bio assustou os banhistas, e provocou correrias. À noite o "Fantástico" destacou o episódio, e chamou-o de imenso "arrastão". A partir da segunda os grandes jornais do Rio e das principais capitais do país passaram a fazer o mesmo.

FALSO "ARRASTÃO". "O que houve dia 18 foi tudo, menos arrastão", garante Ivanir dos Santos, secretário-executivo do CEAP - Centro de Articulação das Populações Marginalizadas -, uma organização não-governamental que atua junto aos trabalhadores mais pobres. Ele desafia uma série de argumentos para sustentar a hipótese.

"Em primeiro lugar", afirma, "não houve em absoluto aumento do número de roubos", o que ficou configurado nos registros policiais e chamou a atenção dos próprios banhistas. Além disso, o fenômeno envolveu dezenas de pessoas, e se espalhou por uma área extensíssima". Trata-se, diz Ivanir, de características opostas à dos arrastões, que se restringem a um setor muito limi-

tado da praia, são praticados por grupos de no máximo quinze e visam obter frutos materiais."

Descartada a hipótese de ação dos mais pobres contra a classe média, Otair Fernandes de Oliveira, outro ativista do CEAP, passa a apontar o que chama de "fatos estranhos" que se somaram às vésperas da correria. Os ônibus que conduzem das Zonas Norte e Oeste para as praias mantiveram frequência superior à habitual, nas primeiras horas da manhã. Subitamente no início da tarde, quando ocorre o regresso aos bairros da periferia, o número de viagens caiu a um ritmo muito abaixo do normal. Milhares de jovens foram obrigados a aguardar horas nos pontos, com fome e sob sol escaldante.

ESTRANHAS COINCIDÊNCIAS. Testemunhas ouvidas pelo CEAP, acrescenta Otair, insistem em que em determinado momento a PM passou a provocar os que estavam nas filas. Fez revistas injustificadas e humilhantes, e em vários casos agrediu. Eclodiram então, em al-

guns pontos, correrias, desentendimentos e choques entre "galeras" de jovens. A polícia intensificou a repressão, e a multiplicação de conflitos de vários tipos afugentou os banhistas.

A TV - em especial a *Globo*, cuja presença prévia nos locais onde houve agitação ainda não está explicada - e os jornais passaram imediatamente a sugerir, quase sempre dispensando sutilezas, que os pobres preparavam-se para *descer o morro*, e que estavam prestes, se não reprimidos a tempo, a pôr em cheque até mesmo o direito da classe média a frequentar a praia. Sem lançar-se a qualquer tipo de análise, a imprensa rotulou de "grande arrastão" os incidentes. Chegaram a "revelar", em uníssono, que o movimento havia sido organizado na véspera, no baile *funk* do Clube Boêmios de Irajá, que lembra Otair, encontrava-se fechado por ordem judicial...

CLIMA DE HISTERIA. A caracterização dos negros e dos suburbanos como ameaças vivas à segurança e à liberdade da clas-

A POLÍCIA QUE MATA

BANDITISMO ACOBERTADO

Cadáveres! Uma grande parcela da opinião pública quer cadáveres. Manipulada em parte pelos próprios autores das desgraças que geram marginalidade, como o desemprego e a miséria, ela aplaude a morte de "bandidos". Mas serão eles bandidos mesmo? E os que matam serão mesmo heróis? O jornalista Caco Barcelos pesquisou os atos da Polícia Militar (PM) desde sua criação, em 1970, e 4.000 das quase 8.000 mortes que ela apresentou à sociedade até hoje, principalmente através da Rota-Rondas Ostensivas Tobias Aguiar, uma espécie de polí-

cia à parte na PM.

O perfil das vítimas da Rota é significativo: são homens jovens, negros ou pardos, migrantes, moradores da periferia, trabalhadores de baixa renda e baixa instrução. E segundo o livro, poucos deles eram realmente marginais. Foram mortos só pelo "perfil" de suspeitos. Depois, monta-se uma história que os transforma em "bandidos". Curioso é que para fazer este livro-denúncia Caco Barcelos usou o prefixo de uma viatura policial em que estavam os homens que mataram três jovens

que fugiam desse perfil: eram de classe média alta, moradores dos Jardins, região rica de São Paulo. Mesmo assim, ninguém foi preso. A seguir, um pequeno trecho de Rota 66 - a polícia que mata.

CRIME SEM CASTIGO

(...) Nepomuceno só para de atirar quando a mãe põe as mãos sobre o rosto do filho. Guarda a arma no coldre. Em seguida, começa a agir como se fosse um homem imbuído de nobreza humanitária.

- O cidadão está ferido. Vamos socorrê-lo rápido - ordena aos PMs

A cidade teme as crianças

Moreno, manco de uma perna, 60 anos aparentes, "Tiozinho" é um ex-arquivista da Associação Comercial de S. Paulo que se desiluiu da vida e resolveu morar na rua. Junto dele, os meninos e meninas de rua que vivem na Praça da Sé encontram abrigo. Quando a fome aperta, alguns refugiam-se debaixo do cobertor amarelo, ao lado da garrafa de café da vasilha de comida. A ele, vários correram, para contar histórias da rebelião da Febem, que transformou-se no assunto principal da cidade entre 22 e 23 de outubro.

"Tiozinho" faz cara feia quando lhe perguntam sobre a ação da polícia, que desde o dia 29 transformou a Praça da Sé num palco de terror. "Eles só colocam medo nos outros", reclama, e se queixa dos 76 soldados que agora vigiam o local noite e dia, acompanhados de cavalos, cães e viaturas.

"Evitem a Sé", bradou à população o coronel Ivan Marques de Almeida, comandante do 7o. Batalhão da PM, depois que algumas dezenas de crianças e adolescentes que fugiram da Febem durante a rebelião fizeram da praça seu abrigo. O coronel Ivan passou a comparar o local a "um barril de pólvora prestes a explodir", mas o pânico não atingiu apenas a polícia. Durante entrevista que a secretária estadual do Menor, Alda Marco Antônio, concedeu no início de novembro, uma jornalista



A polícia é adepta da teoria das cores

fez questão de indagar: "Como ficam as buscas?". Ao mesmo tempo, opinava com insistência: "a população não pode ficar desprotegida".

O sentimento de "desproteção" começou dia 22, quando boa parte das 1270 crianças e adolescentes internados no "Quadrilátero do Tatuapé" - uma espécie de presídio infantil - rebelaram-se. Pegaram pedaços de paus, pedras e facas. Atearam fogo a 14 das 16 unidades existentes. Lançaram gestos de desafio à PM. Puseram em funcionamento, e pilotaram em algazarras, caminhões e peruas. Mais de quinhentos escaparam.

Fora as condições dramáticas de habitabilidade, a causa imedia-

ta do movimento foram, reconheceu a própria secretária do Menor, as agressões violentas praticadas por funcionários da Febem contra uma comissão de representantes dos internos. O jovem Mauro Sérgio teria recebido uma paulada na cabeça.

"VINGANÇA" DA PM. Chamada a intervir, a Polícia Militar decidiu "vingar-se" das críticas que lhe haviam sido lançadas semanas antes por ter praticado chacina no Presídio do Carandiru. Os comandantes afirmaram que só agiriam com carta branca - através de ordem escrita - do governo do Estado. Como tal autorização não foi dada, assistiram impassíveis ao incêndio das instalações.

Sequer o Corpo de Bombeiros atuou. A fuga provocou uma espécie de pânico entre a população, estimulado pela imprensa. Não foi preciso esperar muito para a completa militarização da Praça da Sé, e em seguida para uma autêntica caçada às crianças. Numa das blitz, um menino de seis anos foi preso... Recapturados os que haviam fugido, restou uma melancólica troca de acusações entre a secretária do Menor e o Tribunal de Justiça. Os juízes lembraram que há pelo menos quatro meses denunciaram as condições precaríssimas do "Quadrilátero" - inclusive no que se refere à saúde dos internos - e alertaram para a possibilidade de uma revolta. Alda Marco Antônio lembrou, em contrapartida, que os magistrados recusam-se sistematicamente a expedir alvarás de soltura para grande parte dos menores internados irregularmente. Afirmou que, contrariando de forma frontal o que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente, há jovens internados por "desvio de conduta" (inclusive homossexualismo), por "atentado ao pudor" ou simplesmente por desobedecerem os pais.

ADÉLIA CHAGAS

se média não poderia deixar de atingir Benedita. Seu oponente, o peemedebista César Maia, agiu rapidamente: somou-se ao coro da imprensa contra os pobres e prometeu convocar, se eleito, até mesmo tropas do Exército para policiar as praias. Nesse mesmo instante os jornais retomaram uma prática usada com sucesso contra Lula em 89 - a de desqualificar candidatos de esquerda atacando sua vida pessoal. Foram publicadas com enorme destaque as denúncias segundo as quais o filho de Benedita havia praticado o crime hediondo de...falsificar um diploma de

conclusão de segundo grau, para ser admitido num emprego. Ressuscitou-se para qualificar Benedita, destaca Ivanir dos Santos, o preconceito segundo o qual o negro é incapaz, mesmo quando ascende socialmente, de escapar a seu destino delinqüente e anti-social.

Teve início então a histeria. Os jornais deram tratamento editorial francamente favorável à constituição de bandos de lutadores de jiu-jitsu, que prometiam enfrentar com violência física os que considerassem organizadores de arrastões. Apoiaram as forças de segurança particulares articuladas pelos hotéis, que, segundo confessou um chefe de vigilância

do Caesar Park, agem para "tirar os suspeitos de circulação", e quando não atendidos "levam para a delegacia". Cobriram de elogios grupos de jovens pobres da Zona Sul - como o chamado Surfavela - que procuraram diferenciar-se dos "suburbanos" e alardearam ter "colocado muitos para correr".

VITÓRIA POSSÍVEL. Este clima de autêntico massacre ideológico paralisou durante certo tempo, opina Ivanir, um grande número de setores da própria esquerda. As bancadas progressistas na Câmara dos Vereadores evitaram pronunciar-se. Um dos vereadores da bancada petista não usou, para

denunciar o clima de *apartheid* que se criou na Zona Sul, - prossegue o secretário-executivo do CEAP - a mesma firmeza com que prometeu apurar o "crime" cometido pelo filho de Benedita.

Afrontada pessoalmente pela direita, a candidata reagiu com vigor crescente. Talvez por isso mantivesse, faltando dez dias para o segundo turno, amplas condições de vencer a disputa contra César Maia. Talvez por isso estivessem preservadas a possibilidade e a esperança de impor, com seu triunfo, um golpe de enormes proporções contra o racismo.

ANTONIO MARTINS.

DITO PELO DITO

O plano era explodir o gásômetro do Rio de Janeiro e matar muita gente. Quanto mais, melhor. Milhares de pessoas, de preferência. Sabem de quem era este plano? Da direitona, dos órgãos de repressão, e deveria ser executado por um órgão de salvamento da Aeronáutica, o Parasar. Mas um capitão teve a dignidade de não pôr em prática essa maluquice e denunciou-a, e foi mandado para a reserva. Tudo isso se passou em 1969. A intenção era culpar a esquerda pela explosão e as mortes e acirrar a repressão, prender e matar militantes da esquerda como culpados pelo ato de terrorismo.

Já em 1981, veio a história do Riocentro. Um show com milhares de pessoas em comemoração ao 1º de Maio estava sendo feito na noite de 31 de abril. Novamente, os órgãos de repressão, a direita, procuravam um jeito de criar uma ira popular contra a esquerda, provocar um fechamento político e prender e matar (falava-se em 2 mil) pessoas de esquerda no eixo Rio-São Paulo. As duas bombas explodiram ainda dentro do carro em que eram transportadas pelos encarregados do ato de terrorismo, matando um sargento e ferindo gravemente um capitão.

Osurgimento e crescimento do nazismo na Alemanha baseou-se muito nesses métodos. E voltando ao Brasil, a direita tem usado com frequência o artifício de atribuir à esquerda coisas que ela mesmo fez, para conseguir apoio às suas teses. Vale tudo para se chegar ao poder e perpetuar nele. Ética? Como escreveu num livro o malufista Ney Figueiredo - defendendo as baixarias de Collor contra Lula - isso não existe em política. Baixarias existem para serem usadas.

Então, suspeitar que o massacre do Carandiru, a revolta da Febem em São Paulo e os arrastões do Rio sejam experiências de laboratório da direita para criar um medo na sociedade e uma pré-disposição para a classe média apoiar um Estado policial e governos de direita, não é nenhuma maluquice. O capitão Sérgio que o diga.

Lembrete: Maluf, prefeito em 1969 e governador em 1981, na época não falou nada contra esses atos de terrorismo. E lembrem a Freguesia do Ó.

MOUZAR BENEDITO



A polícia modelo da direita é posta a nu, num livro que chega a ser didático.

que vão entrando na casa.

O gesto "humanitário" de Nepomuceno é uma repetição do que ele fez naquela noite que comandou a Rota 66. Sua primeira

atitude, após o fuzilamento, é o de violar a cena do crime.

(...) Retiradas as testemunhas, Nepomuceno e os PMs voltam até a casa para fazer o que seria a tarefa clássica dos peritos da ciência criminalística: o exame dos objetos relacionados ao crime. Na calçada, mais de vinte pessoas se alinham junto à cerca de madeira. Dali todos ouvem novos disparos de arma de fogo dentro da casa, como se os PMs estivessem trocando tiros entre eles. Minutos depois, o tenente Nepomuceno exhibe um revólver às pessoas que estão na calçada.

- Essa é a arma do vagabundo. É um trezoitão, vocês estão vendo?

A mãe assiste à encenação e se revolta em silêncio. O filho não estava armado (...) Por mais de uma hora, o tenente Nepomuceno impede dona Ilda e a nora de voltarem aos seus aposentos. Nesse tempo, convoca um homem e três mulheres para testemunhar o que diz ter encontrado dentro da casa. Os quatro são levados até o banheiro, onde o tenente mostra um pacote de cocaína sobre o balcão da pia e um pouco de erva de maconha boiando na água do vaso sanitário.

- Além de tentar nos matar, o vagabundo é traficante, vocês são testemunhas, certo?

MOUZAR BENEDITO





O OVO DA SERPENTE

Maluf, que horror!

As eleições em São Paulo e no Rio de Janeiro estão se dando sob o signo do massacre do Carandiru e do arrastão do Rio. Que valores estão em jogo nestas eleições e qual a sua importância para a evolução da democracia brasileira?

Tanto o arrastão como o Carandiru são uma ponta do iceberg que mostra até onde vão as desigualdades. São sintomas de degradação social no caso do Rio e de degradação institucional no caso do Carandiru, já que se trata de um problema de política judiciária, penal. A posição do PT é de não ficar apenas na apreensão da visibilidade destes problemas, mas ir à sua raiz, de apresentar soluções e apontar responsabilidades.

Estes fatos criam um clima político semelhante ao do segundo turno da disputa de Lula contra Collor, que é o tema da brutal luta de classes, a exploração do temor de que a crise social vai chegar a um tal ponto que os ricos e a classe média estarão acuados pelos pobres, pelos revoltados.

O PDS significa segurança porque ele é um partido da ordem

Neste contexto, até o inaceitável de antes passa a ser agora aceito. Haja visto a atitude de alguns em relação ao malufismo. Sabemos da origem de Maluf, da sua ilegitimidade, de seus métodos, sabemos até para onde ele vai. No entanto, algumas pessoas se comportam diante disso como se Maluf fosse parte "aceitável" da nossa paisagem. Qual é o alcance disso? Até que ponto nós podemos chegar?

Concordo com os termos em que você colocou a questão. O que o eleitorado quer majoritariamente, na minha

opinião, é segurança em todos os sentidos. Uma coisa em que a velha UDN sempre batia: segurança de que a classe média não será proletarizada. E, de certa forma, o Maluf e o PDS identificam-se muito mais com esta imagem de segurança do que o PT, que fala em mudança, em transformação. Para quem está querendo segurança no Brasil de hoje, a palavra igualdade vira um horror, porque significa a igualdade para baixo, a igualdade na vulnerabilidade, nas baixas condições de vida.

O desmantelamento brutal do Estado brasileiro, que não começou com Collor evidentemente, mas chegou à loucura em seu governo também, causa uma insegurança generalizada. Até os empresários estão inseguros também em relação a seus projetos. O PDS significa segurança porque o PDS não quer mudança. Ele é um partido da ordem. O colunista da Folha de S. Paulo, Luís Nassif, lembra com pesar figuras do PDS como Delfim Neto e Roberto Campos, que foram aliadas da política brasileira por "maniqueísmo". Hoje, então, Delfim e Roberto Campos são saudados como pessoas moderadas, sensatas! Estas virtudes da política, como moderação, como sensatez, o ritmo mais lento das mudanças, um certo conservadorismo que leva à estabilidade, leva até que se prefira a estabilidade da recessão à instabilidade do crescimento. Todos os valores conservadores identificam-se muito mais com uma figura como Paulo Maluf, até porque ele está apresentando uma imagem diferente, mais moderada, sensata, bem educada. Comparado com Collor, ele realmente parece mais sensato.

Por que este tipo de comportamento que você estava descrevendo se enraíza particularmente em São Paulo?

Uma das primeiras coisas que se deve lembrar da história de São Paulo é que a cidade nunca teve um partido de identificação trabalhista, como partido, não como movimento populista mais difuso, até a criação do PT. Lembremos como o antigo PTB era fortíssimo no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, em algumas cidades do Nordeste, mas era fraquíssimo em São Paulo. O fato de o que sobrou do PTB de Ivete Vargas ter se aliado a

Em entrevista a Brasil Agora, a socióloga e professora da USP Maria Vitória Benevides descasca o ovo da serpente.

Maluf não é de admirar. O PTB em São Paulo, sempre foi uma sigla de aluguel. Basta dizer que o velho PTB em São Paulo, oscilava entre Adhemar e Jânio, que representavam espécies de populismo essencialmente conservador. Não tinham sequer aquele populismo progressista que foi identificado durante muito tempo com Brizola e Jango, que nunca tiveram a menor penetração em São Paulo. Existe em São Paulo esta tradição de um movimento que se dizia trabalhista, mas era essencialmente fisiológico, clientelista. O que explica em parte hoje, inclusive, a presente derrota do PT no ABC. O PT não perdeu para adversários que têm uma história política recente. Perdeu para partidos que estão enraizados com o clientelismo há muito tempo, e que já tinham lá uma máquina pronta, a do velho PTB.

Até a criação do PT, São Paulo nunca teve um partido de identificação trabalhista

Um outro fator é que em São Paulo a "grande política" sempre foi feita, justamente por ser o maior centro econômico, empresarial, financeiro, tanto do lado do capital como do lado do trabalho, não necessariamente por canais partidários. E isto levou a um tipo de disputa política diferente. Quando disse que o PTB era fraco em São Paulo mas, mal ou bem representava em alguma medida os trabalhadores organizados, é preciso lembrar que o PSD e a UDN, que eram os partidos das clas-

ses dominantes, também eram fraquíssimos em São Paulo. Não têm nenhuma comparação com o PSD mineiro, com a UDN carioca, com o PSD gaúcho, com o PSD e a UDN do Nordeste. Porque os canais de controle do poder em São Paulo sempre foram outros: a Fiesp, as Associações Rurais, as Associações Comerciais, enfim, canais extra-partidários. Isto tudo consolidou uma certa promiscuidade política no meio das elites, até mesmo com ramificações no meio sindical pelego. Não é por acaso, por exemplo, que a Força Sindical seja malufista.

Mas o malufismo tem também um apelo popular, não é apenas um fenômeno de elite.

São Paulo é o centro mais desenvolvido do país: exatamente por isso é o que chama mais gente. O constante fluxo de migrações em São Paulo leva a um confronto constante. É aqui que as pessoas têm mais medo de perder o que conseguiram e é aqui que eles se esforçam mais para conseguir o que têm. Aqui a competição sempre foi muito maior. As classes médias estão sempre com medo das novas hordas que estão chegando, que vão tomar os seus empregos, vão competir no vestibular com seus filhos, que vão competir nos planos de habitação popular. Então, o confronto aqui é muito maior.

Mas além desta tradição conservadora em São Paulo, qual é a especificidade do malufismo?

O fenômeno do voto malufista, de fato, só ocorreu num segundo momento. Primeiro Maluf foi imposto pela ditadura. O fenômeno do voto explica-se, em primeiro lugar, pela personalidade persistente de Maluf. Quem concorre tantas vezes corre o

risco de ganhar. Agora, o malufismo é o encontro de duas vertentes.

É um fenômeno de classe que dificilmente existiu com tal força, por exemplo, no janismo. No malufismo é muito mais nítida a identificação com os interesses das classes dominantes porque Maluf é a própria ordem capitalista, ele é o próprio su-

O enorme desafio para o PT é enraizar-se entre os desorganizados

cesso empresarial. Esse componente não existia nem com Adhemar nem com Jânio Quadros. Apesar de que Maluf carregasse uma rejeição grande na elite udenista de São Paulo, pelo fato de ser árabe, de ser visto como um arrivista na política.

Por outro lado, a popularidade de Maluf não é apenas um fenômeno de classe, porque ele tem penetração entre os desorganizados. É aí que reside o enorme desafio para o PT: enraizar-se entre os desorganizados. Há este apelo dele junto aos setores populares porque reforça este dado - que não é de São Paulo mas de toda a massa brasileira - que é esperar do político a imagem do pai, do chefe, do protetor, do salvador. E aí desejam sim uma figura autoritária. Maluf penetra entre os miseráveis ou ainda em meio a uma classe média baixa que tem medo de ser mais rebaixada ainda. São trabalhadores não muito qualificados mas que têm em relação ao PT a mesma reação que na minha época de criança as pessoas tinham com relação ao comunismo: uma dose de horror. Neste meio, sem dúvida, o malufismo cresceu.



AGÊNCIA ESTADO



UM TRI VERMELHO

Quando disputou as eleições em 1982, o PT só elegeu dois prefeitos, um dos quais saiu do partido pouco depois. O que ficou, Gilson Menezes, chefiaria um conturbada experiência de administração municipal, que se prolongou durante seis anos, ao fim dos quais - derrotado na disputa interna sobre quem seria o seu sucessor - preferiu abandonar o PT.

Para surpresa de muita gente, nem a crise permanente em que vivia o PT de Diadema, nem as disputas internas e externas à administração, nem mesmo o rompimento com Gilson - que apoiou outro candidato - conseguiram tirar a estrela da administração municipal. Foram mais quatro anos em que não faltaram duros conflitos entre o partido e o governo, entre José Augusto e seu vice, e até mesmo um episódio bastante polêmico, que custou ao prefeito uma suspensão da direção estadual do partido, quando chamou a polícia militar para fazer uma desocupação de terras. Mesmo assim, em 1992 o PT vence pela terceira vez as eleições em Diadema. E desta vez derrotando pessoalmente o ex-prefeito e atual deputado estadual Gilson Menezes.



As três vitórias consecutivas parecem comprovar o que as pesquisas já indicavam: Diadema é hoje a cidade mais petista do país. Ao mesmo tempo em que venceu em Diadema, o PT foi derrotado em São Bernardo e Santo André, cidades que governou entre 1989/1992. Essas derrotadas foram alardeadas como exemplo de que o PT foi rejeitado em seus redutos mais tradicionais. A derrota é real, e tem que ser analisada em profundidade pelo partido. Entretanto, não deixa de ser irônico ver os

mesmos analistas que criticavam o PT por ser "um partido estreito, sectário, de macacão" agora dizendo que o PT "já era" porque perdeu as eleições em dois importantes centros operários.

Além de tudo, as críticas são um pouco exageradas. Afinal, mesmo perdendo, o PT foi bem votado tanto em Santo André quanto em São Bernardo, provando ser uma força expressiva que não soube/não conseguiu manter ou ampliar o eleitorado conquistado em 1988.

Além disso, há as vitórias em Ipatinga (pela segunda vez), Betim e Volta Redonda, mostrando que o PT continua forte nas cidades de concentração operária.

Volta Redonda, aliás, faz parte do expressivo número de cidades em que o PT concorreu numa chapa encabeçada por outro partido (ver relação abaixo). O que impõe, junto à avaliação e ao aprimoramento do chamado modo petista de governar, uma discussão sobre a necessidade de um modo petista de vice-governar. Sinal dos tempos.

EM 37 CIDADES, SÓ O VICE É DO PT

<p>BAHIA Glória Localização: 462 km da capital População: 12.817 hab. Base econômica: agricultura, pecuária de pequeno porte Prefeito: Ademir Barros (PMDB), Pequeno Comerciante Vice: Angelo Silva, Trabalhador rural/Vereador Jussari Localização: 492 km. da capital População: 8.457 hab. Base econômica: extrativismo, agricultura (cacau) Prefeito: Valdenor Cordeiro (PSDB) Vice: Vanil Ribeiro (PT), Trabalhador Rural</p>	<p>MATO GROSSO Vila Rica Localização: 1.500 km - Baixo Araguaia População: 16.000 hab. Base econômica: agricultura Prefeito: Paulo Duarte (PDT), Veterinário Vice: Rovilson de Fátima Rodrigues (PT), Lavrador São Pedro da Cipa Localização: 146 km da capital População: 2.000 hab. Base econômica: agricultura Prefeito: Damião (PDT) Vice: Ivo Santana (PT), Açougueiro</p>	<p>PARANÁ Palmeira Localização: 81 km da capital População: 30.000 hab. Base econômica: indústria, pecuária Prefeito: Altamir Sansom (PDT), Professor Vice: José Przydyewski (PT), Trabalhador Rural Lindoeste Localização: 400 km da capital População: 6.858 hab. Base econômica: agricultura Prefeito: Geraldo Nunes (PDT), Trabalhador Rural Vice: José Pitombo (PT), Trabalhador Rural</p>	<p>Cacique Doble Localização: 450 km da capital População: 5.692 hab. Base econômica: agricultura/reserva indígena Prefeito: Adroaldo Zotis (PMDB) Vice: Alceu Iadioto (PT) RIO DE JANEIRO Volta Redonda Localização: 134 km da capital População: 245.000 hab. Base econômica: indústria siderúrgica Prefeito: Paulo Baltazar (PSB), Médico Vice: Glória (PT), Vereadora Nilópolis Localização: 26 km da capital (Baixada Fluminense) População: 200.000 hab. Base econômica: serviços, cidade dormitório, comércio Prefeito: Manoel Rosa (PDT), Economista/Deputado Estadual Vice: Darcy Rodrigues (PT), Militar reformado Paracambi Localização: 80 km da capital (Baixada Fluminense) População: 60.000 hab. Base econômica: ind. têxtil e agricultura Prefeito: José Ferreira Werneck (PDT), Professor Vice: Rosângela Augusta Miguel Resende (PT), Funcionária Pública</p>	<p>Sul Brasil Prefeito: Delci Valentini (PMDB) Vice: Juber Peruzzo Matos Costa População: 4.990 hab. Prefeito: Darcy Bendlin (PMDB) Vice: João Fragoso (PT) Ipumirim Localização: 300 km da capital População: 7.256 hab. Base econômica: agricultura Prefeito: Darcy Frari (PMDB), Dentista Vice: Nilo Bortoli (PT), Agricultor Iraceminha Localização: 350 km da capital População: 5.739 hab. Base econômica: agricultura Prefeito: Valci Dal Maso (PMDB), Agricultor Vice: Carlos Bernardi (PT), Agricultor e Professor Pinhalzinho Localização: 700 km da capital População: 10.664 hab. Base econômica: agricultura Prefeito: Remi Stroecher (PMDB) Vice: Olinto Strazzabosco (PT), Professor São Domingos Localização: 800 km da capital População: 14.119 hab. Base econômica: agricultura Prefeito: Deonildo Preto (PMDB), Deputado Vice: Ricardo Winck (PT), Bancário Calmon Prefeito: Alcides Bol (PMDB) Guaraciaba Localização: 806 km da capital População: 12.441 hab. Base econômica: agricultura e suinocultura Prefeito: Remigio Maldaner (PMDB), Madeireiro Vice: Silvio Dieml (PT), Agricultor</p>
<p>CEARÁ Madalena Localização: 160 km da capital População: 12.654 hab. Base econômica: agricultura e pecuária Prefeito: Etinha Lobo (PDT), Comerciante Vice: Carlos Flobet (PT), Agrônomo</p>	<p>MINAS GERAIS Ibiraci Localização: 426 km (Sul de Minas) População: 8.524 hab. Base econômica: agropecuária Prefeito: Maria Aparecida Hermozeni Freitas (PSDB), Professora Vice: Antonio Lindenberg Garcia (PT), Bancário Comercinho Localização: 847 km (Vale do Mucuri) População: 10.258 hab. Base econômica: agropecuária e fumo Prefeito: Valdir Meireles Oliveira (PSDB), Veterinário Vice: Rogério Rocha Rafael (PT) Cruzília Localização: 386 km da capital População: 11.674 hab. Base econômica: agropecuária Prefeito: Adolfo Maurício Pereira (PDT), Professor, Advogado Vice: Carlos Orlando Penha (PT), Médico São Gonçalo do Rio Preto Localização: 356 km da capital População: 3.100 hab. Base econômica: agropecuária Prefeito: Ildebrando Souto (PSDB), Autônomo Vice: Adelaide Rocha (PT), Professora Francisco Badaró Localização: 657 km da capital População: 17.200 hab. Base econômica: agropecuária Prefeito: Edson Honorato Figueró (PSDB) Vice: Ademar Vieira da Cruz (PT)</p>	<p>RIO GRANDE DO SUL Gramado Xavier Localização: 280 km da capital População: 8.000 hab. Base econômica: agricultura (pequena propriedade) Prefeito: Reni Gjovanazo (PMDB), Professor Vice: Rui Berté (PT), Professor Alecrim Localização: 500 km da capital População: 10.383 hab. Base econômica: agricultura (pequena propriedade) Prefeito: Marino Schmitt (PMDB), Serraneiro Vice: Ivar José Kreutz (PT), Eng. Agrônomo Vale do Sol Localização: 280 km da capital População: 8.000 hab. Base econômica: fumiocultura (pequena propriedade) Prefeito: Nelson Michel (PMDB), Comerciante Vice: Ireno Sinkles (PT), Professor Tucunduva Localização: 480 km da capital População: 12.528 hab. Base econômica: agricultura (pequena propriedade) Prefeito: Lauri Bottega (PMDB), Dentista Vice: Dionisio Fronza (PT), Agricultor/Vereador São Paulo das Missões Localização: 400 km da capital População: 10.500 hab. Base econômica: agricultura (pequena propriedade) Prefeito: Eusébio Lauzer (PMDB) Vice: Paulo Piper (PT)</p>	<p>SANTA CATARINA Florianópolis (capital) População: 253.991 hab. Base econômica: burocracia estatal e turismo Prefeito: Sérgio Grandó (PPS), Professor Vice: Afrânio Bopré (PT), Economista Sombrio Localização: 240 km da capital População: 16.991 hab. Base econômica: calçados, agricultura Prefeito: Aldair Kozuchiviski (PMDB), Agrônomo Vice: Agenor Minato (PT), Agricultor Saudades Localização: 710 km da capital População: 9.292 hab. Base econômica: agricultura Prefeito: Antonio Ulsinheiler (PSDB), Funcionário Público Municipal Vice: Edgar Stein (PT), Agricultor</p>	<p>SÃO PAULO Barretos Localização: 438 km da capital População: 86.181 hab. Base econômica: agricultura, indústria, pecuária Prefeito: Nelson James Writte (PSDB), Médico Vice: Otávio Garcia Arruda (PT), Farmacêutico</p>

DIADEMA

PT, PELA TERCEIRA VEZ

Na "cidade mais petista do Brasil", o partido ganhou de novo, contra o ex-prefeito Gilson Menezes

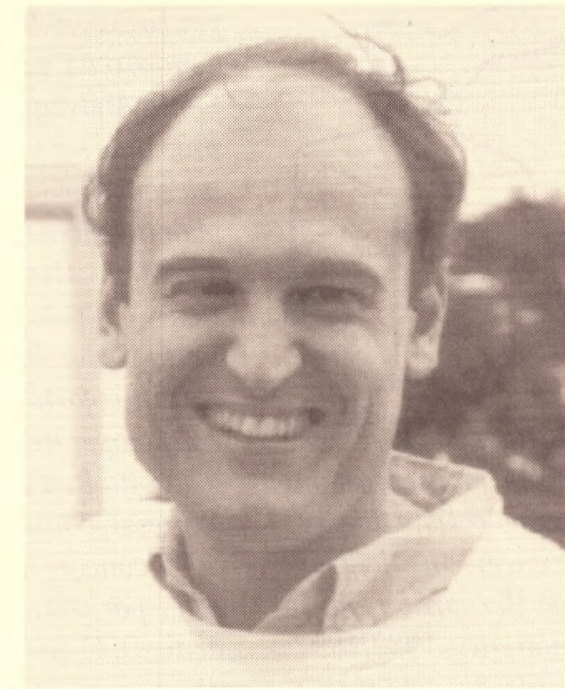
Pela terceira vez seguida, o PT venceu as eleições em Diadema, no ABC paulista, que voltou a ser a única cidade da região a ter uma administração petista. Várias considerações foram feitas sobre os motivos dessa vitória, ora atribuída à aprovação da população aos governos do PT, ora à consciência de classe, ora à impugnação da candidatura do deputado Gilson Menezes, do PSB, que saiu do PT mas é tido por muitos como ainda petista. Impugnado, Gilson foi substituído por sua esposa Eliete Menezes, mas o nome que constou na cédula, como candidato do PSB, foi o dele, por falta de tempo para mudar.

Diadema enfrenta problemas semelhantes aos de Santo André e São Bernardo, inclusive de disputa interna no PT: "Tanto o partido quanto o sindicato estavam divididos", comenta o prefeito eleito José de Filippi Jr. Mas na sua opinião "não houve um racha". Terminada a prévia, a maioria dos que deram apoio ao outro candidato, Paulo Afonso Silva, se engajaram na campanha do PT.

Na análise do coordenador da campanha, Lício Gonzaga Lobo Jr., "o partido, em si, é muito forte na cidade". A dificuldade que há lá é a mesma de outras cidades: "Não conseguiu elaborar muito bem a relação institucional. É preciso fazer isso sem perder a relação com o movimento social, investir na formação dos militantes, na relação com o movimento sindical, com os movimentos populares e com a própria administração".

Num município com 80% de população assalariada, com predominância operária, o sentimento petista depois de duas administrações que revolucionaram a cidade é muito grande, conforme síntese de Paulo Afonso Silva, advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, para explicar o bom desempenho do partido.

CONSCIÊNCIA POLÍTICA. O prefeito José Augusto da Silva Ramos argumenta que "os Conselhos Populares tiveram uma participação muito importante nesse pro-



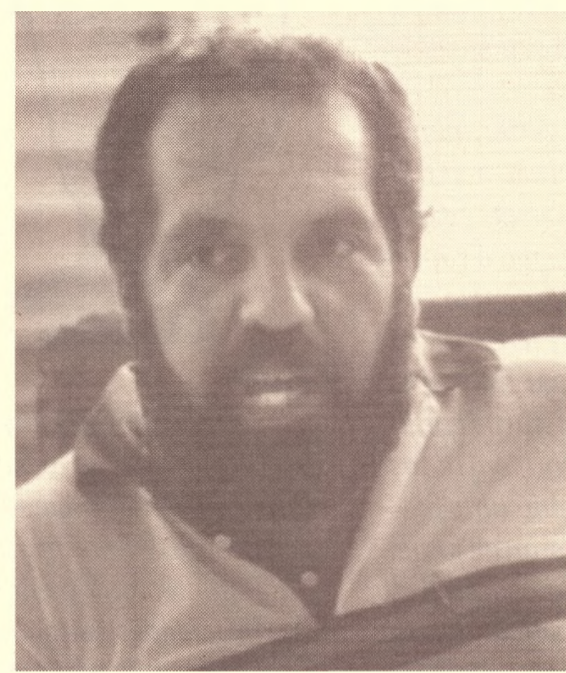
Filippi

cesso, pois puderam viabilizar a administração como co-gestão. As políticas foram (e continuarão sendo) definidas em conjunto. E mais: nós aqui vivemos os conflitos e procuramos resolvê-los politicamente. Isso contribuiu muito para o desenvolvimento da consciência política da população. Em todos os bairros temos militantes engajados em algum movimento social".

Lício Lobo concorda: "A partir daí, pode-se dizer que houve um certo amadurecimento dessa consciência que passou e passa por estágios de politização, indo muito além de seu caráter meramente reivindicatório". Filippi Jr. argumenta que "a administração foi competente no sentido de dar respostas à população, desenvolver ações de estímulo à participação consciente".

EFEITO GILSON. Sobre a aprovação da administração de José Augusto pela população, Filippi Jr. informa que 70 a 77% a consideraram entre boa e ótima, 20% regular e apenas 3% ruim. Na campanha, diz ele, "foram feitas visitas sistemáticas a cada residência, com o objetivo de mostrar à população que o candidato do PT era Filippi e não Gilson e que o bom trabalho do prefeito não é realização de um santo milagre, mas produto de trabalho em equipe". Ele acusa Gilson Menezes de utilizar-se de "agressões pessoais e mentiras durante a campanha".

O prefeito José Augusto considera que "a impugnação de Gilson Menezes



Gilson

não foi relevante na decisão dessa eleição, porque, conforme demonstram os números da pesquisa divulgada pelos grandes jornais, 43% dos votos eram dirigidos ao candidato do PT e 37% ao candidato do PSB e seus aliados". Portanto, segundo diz, "já estávamos na frente antes dele ser impugado".

José Augusto considera, entretanto, que foi uma eleição difícil: "Tínhamos um candidato adversário com discurso de esquerda, que tinha sido do PT, coligação e perfil de esquerda, apesar de ser de direita, e com isso o

eleitor ficou atônito. Ele vendia a imagem de que era do PT e 25% dos votos dele foram porque as pessoas acharam que era mesmo".

GILSON MENEZES. Segundo Gilson, "a prefeitura de Diadema imprimiu por volta de 50 mil cartazes com timbre do TRE", avisando à população que ele não era candidato a prefeito, e "eles foram espalhados por toda a cidade, inclusive dentro dos ônibus e nos locais de votação".

Gilson afirma que "os motoristas e cobradores fizeram greve contra a colo-

cação desses cartazes e foi preciso que eu intercedesse para que os coletivos saíssem às ruas, pois a eleição seria prejudicada". Então, ainda segundo Gilson, foi feito um acordo: "os cartazes seriam retirados sem que sofressem qualquer tipo de dano, para que o serviço voltasse a funcionar normalmente". Ele reclama que "no transcorrer das eleições não se podia informar aos eleitores que era para votar no Gilson". E continua: "Faltou ética por parte dos militantes do PT com relação a esse assunto. Na campanha inteira fomos perseguidos pelos adversários". E conclui: "O PT roubou essas eleições".

Gilson diz que já havia entrado com mandado de segurança no dia anterior à eleição, "já prevenindo que em razão da distribuição daqueles cartazes haveria um grande número de abstenções e votos nulos e brancos". O problema, afirma, é que o cartaz não explicava que havia outra candidata em seu lugar. Ele garante, ainda, que fechada a última urna, a candidata Eliete Menezes chegou a ser "cumprimentada pelo juiz pela vitória por 381 votos", mas que "em seguida o prédio foi evacuado e retornaram com o resultado que conhecemos".

VOLTA REDONDA

UM VOTO DE CLASSE

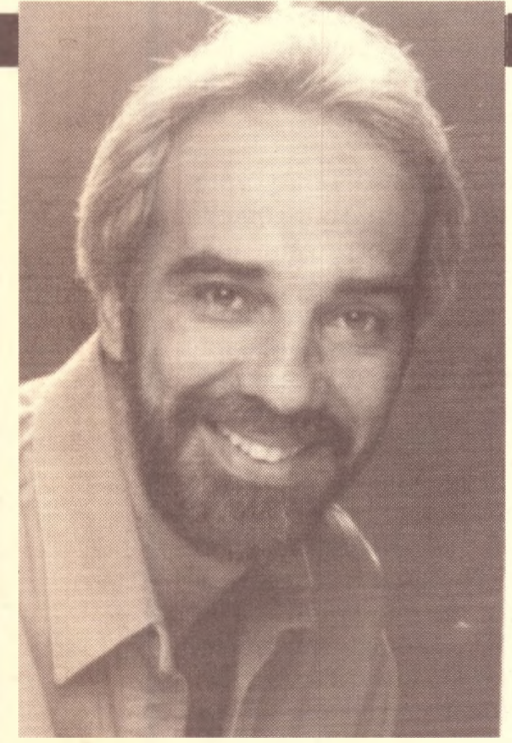
Volta Redonda foi transformada, durante a ditadura, em "área de segurança nacional", a pretexto da presença, no município, da Companhia Siderúrgica Nacional. As três eleições ocorridas depois do fim da ditadura comprovaram que o temor dos militares tinha fundamento: em 1988 foi eleito Juarez Antunes (PDT), presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e, em 1992, foi eleito Paulo César Baltazar (PSB), médico e vereador.

TRAGÉDIAS. Eleito em seguida à invasão, pelo Exército, do prédio da CSN, num episódio que custou a vida de três operários e teve repercussão nacional, Juarez Antunes morreu num acidente automobilístico. Ventilou-se a possibilidade de

atentado, coisa não muito difícil considerando os acontecimentos posteriores: a bomba que destruiu o monumento em homenagem aos três operários mortos, a explosão do autoforno, as demissões e as perseguições contra os trabalhadores.

Após a morte de Juarez, a situação tornou-se ainda mais difícil, já que Wanildo de Carvalho, seu vice, aliou-se à direita, fez o jogo da empresa e realizou uma administração corrupta. Foi a partir de denúncias das falcas de Wanildo que Paulo César Baltazar ganhou destaque, credenciando-se para encabeçar a chapa da Frente Popular, que além do PSB e do PT incluía também o PV, o PCdoB e o PC. A coligação apresentou, como candidata a vice-prefeita, Glória Amorim,

presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e militante das Comunidades Eclesiais de Base. Apesar do prefeito ser do PSB, o que corre na cidade é que "o PT ganhou as eleições". Segundo Marcos Araújo, membro do diretório petista de Volta Redonda, tem muita gente que acha que "Baltazar é do PT". Verdade ou não, o fato é que a esquerda venceu as eleições numa cidade politicamente estratégica, contrabalançando a recente derrota nas eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos, quando a empresa jogou pesado em favor da chapa da Força Sindical. Registre-se que o candidato apoiado pelo presidente da CSN, que levou o para fazer campanha dentro da empresa, ficou em quarto



Baltazar

lugar nas eleições. E quem votou pela mudança? Segundo Marcos Araújo, o voto recebido pela Frente Popular foi nitidamente "da classe operária: trabalhadores da CSN e moradores da periferia".

BETIM

ROMPENDO A TRADIÇÃO

Crescendo desde sua fundação, o PT acabou com o revezamento familiar na política local.

Em Betim, cidade industrial com a terceira maior arrecadação do estado de Minas e 92 mil eleitores, a apenas 30 quilômetros da capital, a vitória do PT mais uma vez se confirmou como opção da classe operária. Rompendo com todos os estigmas deixados pela direita e com a tradição do revezamento familiar na política há 20 anos, o município elegeu com 29.429 votos a candidata Maria do Carmo Lara, do PT, e o seu vice-prefeito, Jesús Mário de Almeida, atualmente vereador do PT.

O atual prefeito, Ivair Nogueira, herdeiro da tradição política, tentou fazer seu sucessor mas a cidade decidiu consolidar, nas urnas, o crescimento do Partido dos Trabalhadores, que há 12 anos se organiza em meio ao proletariado, avançando por outros setores da sociedade. Mas não foi só: a psicóloga e professora Maria do Carmo Lara capitalizou muitos votos em nome de sua postura pessoal e profissional.

Prova do avanço foi a

votação espalhada que ela teve na cidade, mostrando que nem só de operários vive o PT. Todos os setores apostaram na mudança. Professores, funcionários públicos, profissionais de saúde, trabalhadores rurais e até empresários.

"Ganhamos em todos os setores. A Frente conseguiu capitalizar muito bem a perspectiva de mudança que a cidade vive, bem como os esforços anteriores do PT em Betim, desde a minha candidatura em 1988, derrotada por 2 mil votos, até hoje", afirma Maria do Carmo.

TRABALHO DE BASE. Segundo ela o PT na cidade é muito vivo, tem uma militância forte que coloca o partido nas ruas no dia-a-dia. "O partido tem uma vida muito ativa, mesmo fora das eleições. Desde a sua fundação, em 1980, que estamos crescendo aqui. Fui candidata em 1988, Lula ganhou nos dois turnos para a presidência, fui a candidata mais votada na cidade para deputada estadual em 1990. Tudo isso reforçou o nosso traba-



Maria do Carmo

MARILI DE SOUZA, de Belo Horizonte

IPATINGA

A CONSCIÊNCIA VENCEU

O poder econômico fez de tudo, a Usiminas jogou pesado. Mas o PT ganhou de novo.

operário, responsável pela eleição de Chico Ferramenta em 1988 e agora de João Magno, remete o município a uma nova história política.

Orgulhoso do trabalho que resultou na vitória, Chico Ferramenta sente-se feliz em passar a faixa ao seu sucessor, com o qual administrou a cidadenos últimos quatro anos. "Fizemos um bom trabalho e João Magno poderá dar continuidade a ele para consolidar ainda mais a administração petista não só no município, mas na região", afirma.

ATO DE CORAGEM. Fruto de um trabalho bem consolidado - o PT conta com 36% de aceitação do município - a eleição de João Magno significa mais que uma simples vitória

eleitoral. Vitorioso por uma diferença de apenas 2.098 votos, o candidato petista ainda enfrenta resistência do adversário que, inconformado, protesta contra o resultado das urnas e ameaça "estourar" a eleição que ele considera fraudada, dada a pequena diferença.

"Essa diferença parece pequena, mas não é. Dadas as circunstâncias, dois mil votos é coisa demais. Foi um ato de coragem muito grande dos operários em dar a vitória a João Magno, acima de todas as pressões", afirma a presidente do PT Municipal de Ipatinga, Leni Teixeira Souza Gonçalves, escaldada com a prepotência do poder econômico. A campanha do profes-

sor e bancário, que começou sua vida política no movimento sindical, sofreu pressões fortes da direção da Usiminas - maior grupo empresarial da região. O adversário, candidato pelo PFL, fez uma campanha "pesada", apoiada pelo poder econômico local e à base de "venda de ilusões", como define Leni Gonçalves. "Foi a vitória da consciência", analisa a líder petista.

A campanha de João Magno foi centrada em três eixos básicos: continuidade do modo petista de governar, desenvolvimento econômico e humanização da cidade e das relações sociais. Este último é considerado falho e precisa ser avançado. "Temos uma cidade de trabalho e faltam espaços para manifestações culturais e de lazer", reconhece o prefeito eleito, que pretende trabalhar nesse sentido.

Claro que não resolveremos todos estes problemas da noite para o dia, mas vamos trabalhar com participação popular e muita clareza e fazer o máximo possível."

Claro que não resolveremos todos estes problemas da noite para o dia, mas vamos trabalhar com participação popular e muita clareza e fazer o máximo possível."

Claro que não resolveremos todos estes problemas da noite para o dia, mas vamos trabalhar com participação popular e muita clareza e fazer o máximo possível."

ATÍLIO ROMÊNIO, de Ipatinga

RESULTADO SIMBÓLICO

Algumas lideranças petistas regionais acreditam que ainda é cedo para avaliar a verdadeira extensão da derrota eleitoral do PT na região do ABC, particularmente em São Bernardo.

Seus reflexos no segundo turno da capital paulista e demais cidades onde continua a disputa pelas administrações municipais ainda não estão claramente dimensionados. Lula, presidente nacional do PT e filiado mais famoso do município, aponta, no entanto, como raiz da derrota, uma subestimação da aliança entre duas tradicionais forças conservadoras da região: o PMDB e o PTB. Em São Bernardo, berço do PT e da CUT e principal pólo político da região, esta aliança foi celebrada entre o ex-prefeito Tito Costa e Walter Demarchi, deputado estadual e candidato eleito do PTB.

Foi ela que garantiu a Demarchi os 53% dos votos válidos no dia 3 de outubro.

Djalma Bom, candidato do PT, conseguiu apenas 38,5% dos votos e ficou sem direito a segundo turno. O desempenho do Partido em São Bernardo também foi ruim para os candidatos à vereança. A legenda elegeu apenas seis vereadores, perdendo outras três cadeiras conquistadas em 1988.

A coligação ficou com sete (uma do PSB) do total de 21.

PROMESSAS. O buraco é mais fundo que uma subestimação da aliança PMDB/PTB, sustenta Gonçalo Pereira, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São

A derrota do PT em São Bernardo é resultado de seus próprios erros e da união da oposição



Djalma e Maurício

Bernardo e Diadema e coordenador da campanha de Mário Barbosa à vereança em São Bernardo.

Com uma base de quase 120 mil metalúrgicos, boa parte deles eleitores de São Bernardo, a vitória de Bar-

bosa, também diretor do Sindicato, era tida como certa. Mas não ocorreu.

O desrespeito da atual administração municipal para com suas promessas de campanha é uma das principais razões citadas por Gonçalo Pereira para explicar o insucesso eleitoral em São Bernardo.

Em 1988, lembra, "nos elegemos prometendo transferir o 18º andar (gabinete do prefeito no Paço Municipal) para o primeiro andar". A municipalidade também atrapalhou ao não reajustar o salário do funcionalismo em agosto e distribuir 4.500 cobranças complementares

do IPTU com vencimento em 25 de setembro. O fato é que, mesmo em bairros onde o PT era favorito, a vitória acabou nas mãos da oposição. É o caso do recém-desfavelado Jardim Palmares, uma das muitas obras exemplares da administração petista de São Bernardo. O presidente do Diretório Municipal do PT, sindicalista Humberto Domingues, numa avaliação preliminar, enumera uma série de motivos que explicam o resultado desfavorável: a conjuntura difícil devido aos interesses de Quercia e Fleury em derrotar o PT na região; o perfil eleitoral favorável do candidato do PTB; o fato da administração ter engolido o Partido, que, por sua vez, se distanciou do movimento social, também engolido pela administração; e as distorções no processo de prévias partidárias, ética política e critérios de filiação.

CELSO HORTA,
de São Bernardo

SANTO ANDRÉ

FATORES DA DERROTA

Aproximadamente um mês antes da eleição, José Cicote, o candidato da coligação PT/PSB/PCdoB podia dizer que tinha a vitória assegurada, pois o TRE havia impugnado a candidatura de Newton Brandão, que disputava o pleito pela coligação PTB/PMDB. A militância petista, empolgada com o fato inédito, baixou o ritmo da campanha. "Perdemos 20 dias acreditando que o TSE iria impugnar o recurso impetrado por Brandão", avalia Tiago Nogueira, coordenador da campanha de José Cicote.

A partir do momento que o Tribunal Superior Eleitoral julgou válida a candidatura de Brandão, o jogo foi revertido e a militância do PT ficou na defensiva. Foi a partir deste momento que o deputado federal petista passou a perder terreno na disputa e conseqüentemente a eleição.

PRECONCEITO. Segundo o prefeito de Santo André, Celso Daniel, a oposição foi mais forte e organizada. "Eles agiram juntos e conseguiram, através da imprensa, bombardear o candidato e nossa administração", explica Celso, que demonstra um pouco de

União da oposição, excesso de confiança do PT, campanha frágil e preconceitos venceram Cicote.



Cicote

mágoa também ao alegar que esta reação conservadora foi causada por um trabalho dos adversários do PT que pode ser resumido em poucas palavras: preconceito contra os marginalizados.

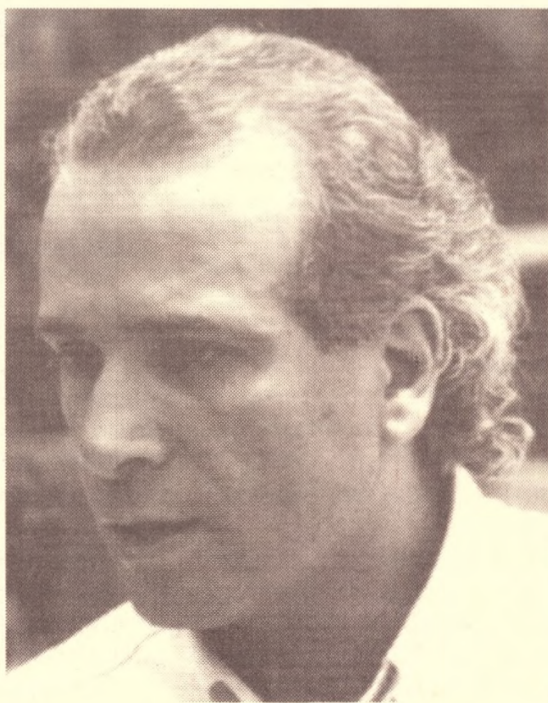
"Nossa administração implantou uma política na área de urbanização de favelas, na reforma tributária progressiva e uma reforma ad-

ministrativa, veiculadas para a população, através da imprensa e da propaganda dos adversários, como algo ruim, que favorecia os favelados, aumentava os impostos e inchava a máquina administrativa", desabafa o prefeito.

Outro fator que levou à derrota do PT, segundo Celso Daniel, foi a escolha do candidato, que não tinha ex-

pressão na cidade. "A imagem do Cicote é muito fragilizada, seu índice de rejeição é muito forte, algo em torno de 42% no final da campanha. Se fosse escolhido outro candidato, mesmo com um perfil operário, de sindicalista, o resultado seria outro", avalia.

Durante as prévias, três nomes foram indicados. Um, apoiado pelo prefeito, Antô-



Daniel

nio Carlos Granado, atual coordenador de Planejamento da prefeitura, que depois tentou - sem sucesso - uma vaga na Câmara de Vereadores. O outro foi João Avamileno, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, que também tentou uma vaga de vereador e foi eleito.

UNANIMIDADE. Tanto o prefeito de Santo André quanto o coordenador da campanha de José Cicote, Tiago Nogueira, concordam: a condução da campanha foi deficiente, apesar de não ter sido responsável pela derrota. "O PT estava muito confiante na vitória, principalmente depois da impugnação de Brandão pelo TRE, mas o Partido atuou isolado, enquanto a oposição agiu em bloco em todo o ABC", diz Nogueira, criticando ainda que o Partido foi o primeiro a sair para a rua, enquanto o candidato eleito concentrou seus esforços para a reta final. Celso Daniel considera a condução de sua campanha superior à deste ano: "Não via criatividade que superaria a campanha de 1988".

EDUARDO REINA,
de Santo André

Itamar, conservador?

Decisão do PT dá ênfase ao seu caráter oposicionista, mas para alguns se excedeu na crítica.

A notícia veiculada na imprensa no final de outubro insinuava um "racha" iminente no PT: aprovando por apenas um voto (25 a 24) "proposta do deputado Wladimir Palmeira (RJ)", o Diretório Nacional do partido, reunido dia 24 de outubro, decidiu fazer oposição ao governo Itamar Franco, "contrariando" lideranças importantes, entre as quais o próprio presidente do partido, Lula, e o secretário geral, deputado José Dirceu (SP), que teria pedido afastamento do Diretório.

Mas a notícia é verdadeira só em parte. A proposta de considerar o PT como oposição a Itamar é anterior, sendo defendida pelo documento que a Comissão Executiva Nacional apresentou para discussão no Diretório Nacional. O texto aprovado agora dá mais ênfase ao caráter oposicionista do PT, como lembra Perseu Abramo, membro da Executiva. E esta maior ênfase foi proposta pelo Diretório Regional de Santa Catarina, e aprovada por ampla maioria da direção nacional petista.

Entre as lideranças do partido, a única posição divergente quanto a isto foi exposta pelo deputado federal Eduardo Jorge (SP), argumentando que o PT deveria apresentar seu programa mínimo a Itamar, dando-lhe um prazo para manifestar-se sobre ele, e só aí, dependendo da reação do governo, o partido tomaria posição a favor ou contra ele. A proposta não foi aprovada.

O que realmente causou polêmica, resultando num placar de 25 a 24, foi a proposta apresentada por Wladimir Palmeira, de *suprimir* a parte do documento da Comissão Executiva nacional que se referia à definição do governo Itamar como *transitório*, e que defendia caber ao PT parte da responsabilidade de manter a governabilidade e a estabilidade para que o governo Itamar cumpra seu papel neste período de transição. Além da supressão destes trechos, Wladimir propunha acrescentar uma análise avaliando a queda de Collor como uma derrota do neoliberalismo, para em seguida caracterizar este governo como fraco e conservador.

Outro ponto importante nas discussões foi o programa mínimo elaborado pelo PT, que segundo Wladimir Palmeira teria que ser apresentado à sociedade, e não ao governo; José Dirceu avalia

que a posição de Wladimir transforma aquele programa numa "plataforma reivindicatória".

DIVERGÊNCIAS.

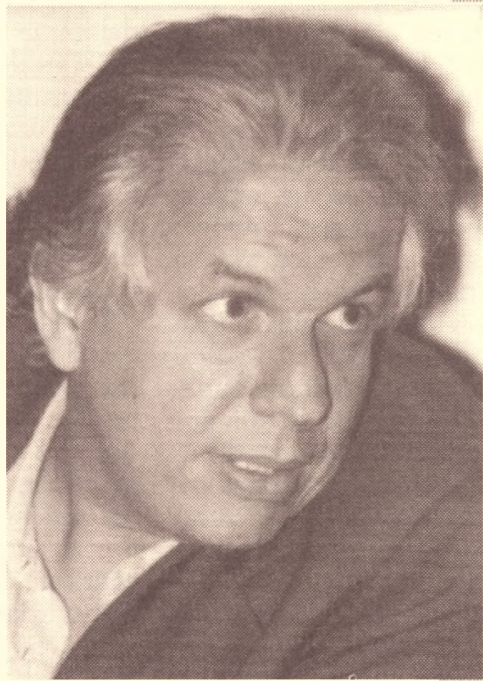
A aprovação da emenda de Wladimir Palmeira, para Perseu Abramo, "não foi uma desautorização à banca da federal" ou à própria Executiva. "Não houve nenhuma reviravolta, só uma ênfase maior ao caráter oposicionista do PT e, se caracteriza o governo Itamar como conservador, não fala em direita ou centro-direita", nem em oposição sistemática.

Perseu ressalta a dificuldade de caracterização deste governo por sua própria ambigüidade, conforme vem sempre lembrando Lula, que diz estar ainda à espera de um projeto de governo de Itamar. "Na minha opinião", afirma Perseu, "Itamar não fez um projeto porque não tem condições, dada a situação em que foi levado ao governo e à composição de seu ministério". As suas ambigüidades "devem-se à situação conjuntural ambígua, contraditória e inédita na história do Brasil" num processo de *impeachment*. "Dentro de uma situação *kafkiana*, por mais que se queira, não dá para ser claro", raciocina.

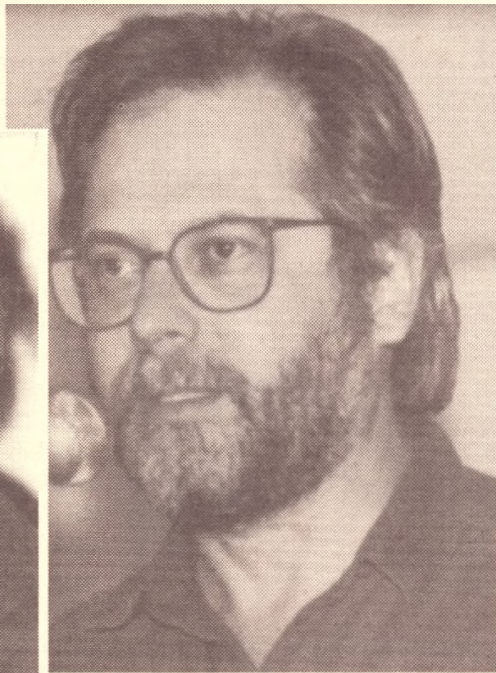
Dentro desta perspectiva, para Perseu, se em dois ou três meses Itamar disser a que veio e trouxer novidades, o PT pode rever sua opinião sobre ele. Por outro lado, José Dirceu e outras pessoas contrárias à proposta de Wladimir Palmeira, considera "eventual" a maioria obtida na votação. Segundo o deputado um terço dos membros do Diretório - justamente aqueles que nunca faltam às reuniões - não estavam presentes devido à campanha eleitoral do segundo turno. Ele espera, portanto, uma revisão dessas decisões na próxima reunião do Diretório Nacional, dias 20 e 21 de novembro.

Zé Dirceu entende que a emenda aprovada é um equívoco, porque ao caracterizar o governo Itamar como centro-direita, causa na prática um rompimento com a cen-

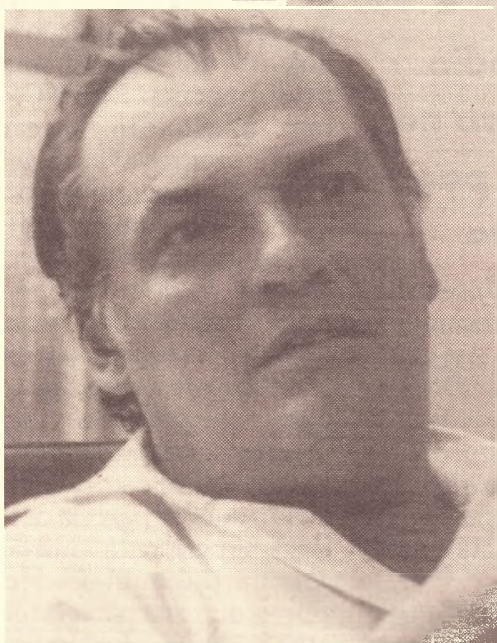
Wladimir X Dirceu: será Roberto Freire apenas um enfeite?



HUGO SCOTTE



HUGO SCOTTE



NOELIA IFF/AE

tro-esquerda que participa do governo e com membros da esquerda no governo, "chamados de enfeites no texto aprovado" (as expressões "centro-direita" e "enfeite" estavam no texto original de Wladimir Palmeira, mas não foram aprovadas). Para Dirceu, assim o PT volta a ser um partido meramente "reivindicatório", isolado, quando já havia superado isso - "sem perder o caráter reivindicatório", lembra, foi muito além disso - tanto na candidatura de Lula à presidência como na atuação da CPI de PC Farias, por exemplo. "Algumas pessoas têm um problema de afirmação, têm que ficar toda hora dizendo que é oposição. Ora, o documento da Executiva já dizia que somos oposição", diz ele, para concluir que não havendo uma mudança na decisão seu cargo está à disposição: "Toda a Direção devia fazer isso, deixar o Partido nas mãos desse pessoal um mês..."

"É CONSERVADOR". Para Wladimir Palmeira, "Itamar

foi eleito com Collor, não com Lula. O núcleo dirigente do seu governo é do PFL e do PMDB", o que justifica sua caracterização como conservador. Ele acha que "está se fazendo um barulho desproporcional sobre a decisão do Diretório". Na sua argumentação sobre a parte retirada do texto da Executiva, pergunta sobre a questão do "período de transição": "Transição para que? Para o socialismo?" Sobre a questão da governabilidade, ele afirma que quem tem que se preocupar com isso é o governo". E sobre a estabilidade, diz: "Isto deve ser prioridade do PDS, não do PT, que é um partido de reformas".

Sobre a vitória no Diretório ter sido "eventual" ou não, Wladimir diz achar "espantoso que algumas pessoas digam isso porque alguns membros da Articulação não estavam presentes". Se valesse esse argumento, continua, "não precisava mais de ninguém participar das reuniões, bastaria a Articulação". E mais: "Imagine se o PMDB dá uma vacilada e o Congresso aprova uma lei com votos do PT. Depois diria que a maioria foi eventual, porque havia parte do PMDB ausente. E anularia tudo". E por fim, lembra que vários membros da Articulação votaram na proposta aprovada e ninguém poderia garantir que os que faltaram votariam contra.

MOUZAR BENEDITO

PARTIDOS

ESTRANHA REFORMA

A adoção do voto distrital, puro ou "misto". Exclusão do Congresso Nacional de um grande número de partidos, mesmo que ideológicos. Enormes restrições à criação de novas legendas. Legalização das "caixinhas" organizadas pelas empresas para financiar partidos e candidatos. São apenas alguns dos itens da autêntica reforma do sistema eleitoral e partidário brasileiro que o Congresso Nacional pode promover ainda este ano, sem que esteja em curso, na sociedade, qualquer debate a respeito do tema.

Defendida há anos por expoentes da direita como o deputado Delfim Netto, a tese da reforma eleitoral e partidária ganhou corpo em outubro, quando a Câmara dos Deputados instalou comissão especial encarregada de analisar e sistematizar, para votação em plenário, os 38 projetos que tramitam no Legislativo sobre o tema. O presidente da comissão é o deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), e o relator é João Almeida (PMDB-BA).

Desde o início, o grupo pareceu interessado em adotar posições a toque de caixa, o que inviabiliza na prática que a sociedade se posicione. Em 21/10, ao ser eleito presidente, Magalhães previu que a votação final do projeto sobre os partidos, ao menos, se daria ainda este ano.

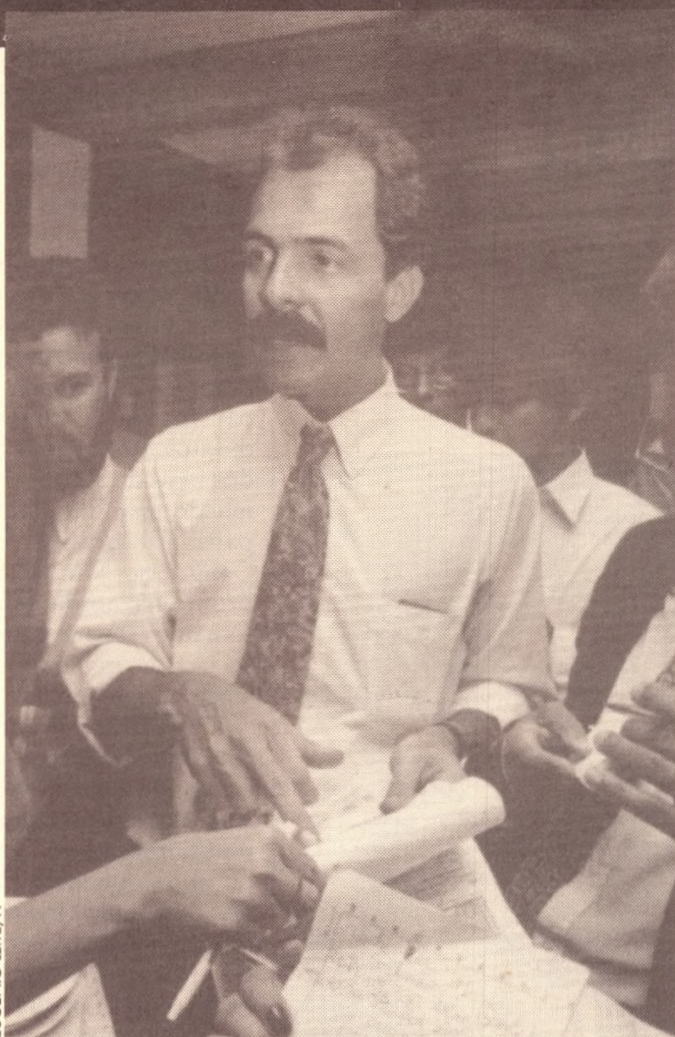
João Almeida parece ainda mais apressado. Sete dias depois ele já apresentava à comissão um anteprojeto para a nova lei dos partidos. Segundo o texto, extremamente draconiano, ficam excluídas de representação no Parlamento todas as agremiações que não alcançarem nos votos para deputado federal 5% dos votos totais. Além da meta nacional, os partidos precisam obter, para conservar representação no Legislativo Federal, no mínimo 2% dos votos em nada menos que nove Estados. Os que não o fizerem serão forçados a incorporar-se a outros ou promover fusões, para as quais têm prazo de 120 dias. Se nenhuma das alternativas se concretizar, os parlamentares que tiverem se eleito através das pequenas agremiações arriscam-se a perder seus mandatos.

Rigorosíssimo com os partidos, João Almeida é extremamente liberal com os empresários. Legaliza as contribuições de pessoas jurídicas para campanhas eleitorais e fixa como teto para elas a generosa percentagem de 2% dos respectivos faturamentos brutos - que chegam, no caso de um conglomerado como o Grupo Votorantim, à casa dos bilhões de dólares. Como se não bastasse, o anteprojeto reduz severamente o acesso dos partidos a programas de rádio e TV em que possam expor seus programas.

ANTONIO MARTINS

Quem tem, não

Membro da Comissão Especial de Reforma Fiscal, o



EUGÊNIO LEITE/FI

Tanto o governo anterior como este afirmam que sem a reforma fiscal é impossível dar início à retomada do crescimento. Isto é verdade?

Eu diria que um dos problemas fundamentais da crise brasileira é a crise fiscal do Estado. Só para se ter um indicador básico, no orçamento de 1993, 63,9% são encargos financeiros da União. Ou seja, o peso da dívida interna e da dívida externa é de tal ordem que você praticamente compromete a capacidade de investir do Estado, de realizar políticas sociais, enfim, de alavancar a retomada do crescimento. Além disso, a herança do governo Collor é muito pesada. Não só

desmantelou a capacidade operacional do Estado, como descredenciou perante a sociedade instituições fundamentais de negociação das políticas públicas. Um

O latifúndio improdutivo no Brasil não paga imposto

exemplo disso é a Receita Federal, que foi praticamente desmantelada em sua capacidade de fiscalizar. Do nosso ponto de vista, a discussão da reforma fiscal ampla é a discussão do próprio papel do Estado na economia, de quanto ele custa, arrecada e gasta.

O que propomos é que a reforma fiscal seja parte de uma política de estabilização e de retomada do crescimento. Queremos que os impostos indiretos - ou seja, os impostos sobre consumo e sobre os produtos, que são, por definição, regressivos - sejam aliviados, através de um

processo de negociação nas câmaras setoriais, junto com a redução das margens de lucro das empresas, para garantir uma política de controle social sobre os preços, especialmente nos setores oligopólicos da economia. De outro lado, estamos defendendo que se concentre a arrecadação, alargando a base de arrecadação fiscal especialmente através dos impostos diretos, ou seja, imposto de renda e impostos sobre a propriedade. Queremos valorizar o Imposto sobre a Propriedade Rural (ITR). No Brasil de hoje arrecadam-se apenas 15 milhões de dólares por ano pelo ITR, isto é, o latifúndio improdutivo não paga imposto. Isto equivale a arrecadação de um dia da cidade de São Paulo. Queremos retomar o Imposto sobre Heranças e Doações. Introduzir o Imposto sobre Grandes Fortunas, que está na Constituição e até hoje não foi regulamentado pelo Congresso. E o IPTU, que tem uma feição marcadamente progressiva. A riqueza é mais concentrada do que a renda e ela é um fator gerador importante na nossa sociedade. E, do outro lado, o Imposto sobre a Renda: o centro da nossa luta é exatamente o combate à sonegação e a defesa da progressividade. Queremos criar uma alíquota de 35% de Imposto de Renda, incidir sobre a parcela dos salários superiores a 3 mil dólares, ou seja, 25 milhões de cruzeiros, que esta parcela tenha uma alíquota adicional e eliminar as deduções que hoje existem e que beneficiam altos executivos, enquanto para os outros assalariados não existe esta possibilidade. Eliminar estas deduções e só permiti-las dentro de um certo limite e para os setores de

baixa renda. Já havíamos introduzido este debate no ano passado mas não conseguimos aprovar na Câmara.

Além disso, eliminar as brechas legais que permitem a sonegação. Fazer um recadastramento do CPF: temos 8 milhões de contribuintes no país, e muito mais CPFs. Queremos um recadastramento para eliminar todas as contas fantasmas do sistema financeiro e recuperar a capacidade de fiscalização da Receita. Para concluir, queremos que a Receita Federal volte à sua condição de Secretaria, que ela recupere a estatura que perdeu no aparelho de Estado, sua autonomia. Temos hoje apenas cinco mil auditores. Se fôssemos fiscalizar todas as empresas do Brasil, com este quadro de pessoal demoraríamos 38 anos. Portanto, sem informatizar e sem reaparelhar a Receita não temos capacidade de fiscalizar. Outro ponto fundamental é a quebra do sigilo bancário.

Como você avalia a reforma fiscal sinalizada pelo governo?

O governo fez uma proposição original que, na verdade, era um remendo fiscal: criar um imposto adicional para resolver o problema de caixa. Ele recuou nesta intenção e abriu um processo de

63,9% do orçamento da União para 1993 são encargos financeiros

discussão mais amplo com o Congresso, no sentido da congressionalização do debate da reforma fiscal. Transferiu para o Congresso a responsabilidade e o Ministério da

Fazenda passou a ser um apoio técnico à Comissão Especial de Reforma Fiscal, da qual eu faço parte.

Dentro da comissão, existe uma divergência muito profunda sobre a questão fiscal. De

A tese do imposto único é antagônica aos valores socialistas.

um lado, alinham-se os neoliberais, que hoje têm uma linha de discurso centrada em duas vertentes. Uma, isolada, que não tem nenhuma sustentação, mas que encontra grande espaço na imprensa, é a proposta de um imposto único, isto é, o IIF como único imposto, com pequenos impostos complementares. Argumentam que o IIF é um imposto automático, que tem arrecadação automática, não precisa de atividades declaratórias. É um imposto que amplia a base de arrecadação porque incide sobre a economia informal. É um imposto proporcional, que não tem progressividade. E que ele simplificaria toda a estrutura fiscal. No outro extremo, está a posição da Febraban, que é contra o imposto único, não aceita o IIF. Há representantes da Febraban no Congresso dizendo que a adoção do IIF leva a uma situação de desintermediação financeira. Apresentam uma série de estudos, dizendo que haverá um nível de sonegação muito alto.

Esta posição da Febraban é absolutamente questionável. A desintermediação financeira não é um problema basicamente da sociedade, é um problema para os bancos. O cidadão utiliza ou não o sistema bancário se ele sentir ne-



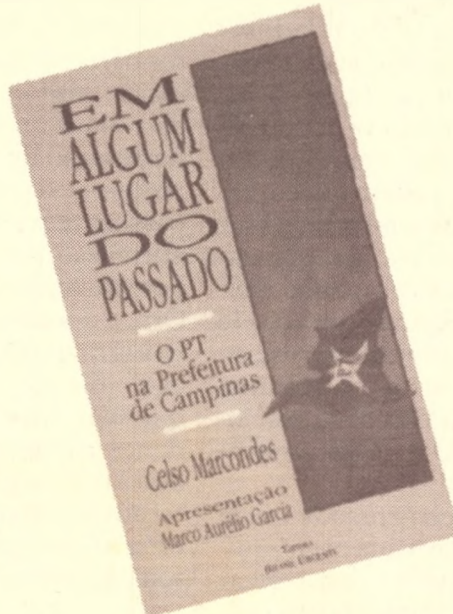
O PT SABE GOVERNAR?



Cr\$ 53.000,00



Cr\$ 30.000,00



Cr\$ 25.000,00

ESTOU ENVIANDO CHEQUE NOMINAL À EDITORA PÁGINA ABERTA LTDA. NO VALOR DE CR\$ REFERENTE AOS SEGUINTE LIVROS:

- GOVERNAR PARA TODOS
- SANTOS: MIL DIAS DE GOVERNO POPULAR
- EM ALGUM LUGAR DO PASSADO

AGUARDO OS LIVROS NO ENDEREÇO:

NOME: _____

END.: _____

CIDADE: _____

CEP: _____ ESTADO _____



RUA DONA GERMAINE BURCHARD, 286
05002 SP SP FONE (011) 262.1155

quer pagar

deputado petista propõe alternativa às teses neoliberais.

cessidade. Então, para nós este não é um argumento importante. Agora, as experiências de utilização do ITF a nível internacional são reveladoras. Há três casos internacionais: Austrália, Peru e Argentina. O Peru e a Argentina utilizaram esta experiência durante um ano e meio e dois anos e abandonaram o ITF. Especialmente na Argentina, quando eles passaram a usar uma alíquota de 2%, esta alíquota praticamente inviabilizou o imposto. O que aconteceu? As empresas passaram a usar câmaras de compensação paralelas - isto é, faziam o processo de troca de grandes valores paralelamente, às vezes mesmo dentro do banco, além de estimular a dolarização das relações econômicas. Na verdade, este imposto acaba recaindo sobre o assalariado e a classe média, porque as grandes transações passam à margem do sistema bancário. Foi perdendo eficácia

de arrecadação, gerou um problema grave de desintermediação financeira e foi abandonado. Mas na Austrália, ele existe há algum tempo e com muita eficácia, com uma alíquota reduzida, de 0,3%. Dentro da Comissão, tirando os que

O ITF, por definição, acaba com o sigilo bancário

adotam a posição da Febraban e dos que querem o imposto único, existe a disputa em torno de duas tendências: a tendência majoritária, que pega o PFL e uma parte do PMDB, é representada pelo deputado Benito Gama e o deputado Luís Roberto Ponte, que põem o ITF como principal pilar da reforma fiscal. Não é o único mas é o principal pilar. Luís Roberto

Ponte propõe inclusive que o Brasil abandone o Imposto de Renda, com uma série de argumentos, dizendo que o Imposto de Renda acaba sendo pago pelo consumidor, a sonegação é muito elevada etc. Esta é uma nova cara para a mesma concepção neoliberal de reforma fiscal.

Querem substituir a progressividade pela proporcionalidade?

Sim. É uma tese de que todo cidadão deve ser igual perante a lei. Uma tese liberal que é absolutamente contrária aos princípios que defendemos. Antagônica aos valores socialistas que defendemos no debate da reforma fiscal. Toda a tradição socialista ou mesmo social-democrata é contrária a esta tese liberal. A nossa proposta vai em direção contrária. Primeiro: nós aceitamos a idéia do ITF, desde que com alíquota muito reduzida, porque assim o custo de sonegação é muito

baixo e, mais do que isso, você não teria que fazer isenção para exportação, para salário, para aposentadoria etc. Ele arrecada alguma coisa, tem uma certa eficácia de arrecadação mas não resolve o problema fiscal. E qual é o maior benefício do ITF? Até agora este aspecto não foi muito debatido mas o ITF, por definição, acaba com o sigilo fiscal. É a hipocrisia maior é que alguns jornais que fazem campanha pelo ITF atacaram duramente o Lula quando ele defendeu a quebra do sigilo bancário. Ora, se o fato gerador é o cheque e se a Receita Federal - para poder fiscalizar a arrecadação - precisa fiscalizar o fato gerador, você vai ter acesso a todas as contas bancárias do país, de pessoas jurídicas ou físicas. Sou favorável ao ITF com uma alíquota pequena, apesar de ser o imposto cumulativo que gera distorção, porque ele permite a quebra do sigilo bancário.

NEC

CPI pode acabar em pizza

"Esquadrão da morte" ligado a ACM obstrui e dificulta investigações

A Comissão Parlamentar de Inquérito instalada para apurar supostas irregularidades na transferência do controle acionário da NEC do Brasil será encerrada sem que alguns dos principais envolvidos tenham sido ouvidos. A discussão e votação do relatório final vêm sofrendo sucessivos adiamentos, mas o rolo compressor, uma espécie de "esquadrão da morte" ligado ao governador Antônio Carlos Magalhães, obstruiu os trabalhos impedindo que as investigações pudessem ocorrer livremente.

O escândalo NEC - é bom recapitular - foi um dos episódios onde o tráfico de influência e o abuso do poder se juntaram para arrancar do grupo Brasilinvest o controle acionário da NEC do Brasil e transferi-lo para o grupo do sr. Roberto Marinho. Num enredo mafioso, onde poderosos conspiradores, dentro e fora do governo, pressionaram e asfixiaram o empresário Mario Garnero, um negócio envolvendo milhões de dólares "trocou de mãos" da noite para o dia.

Junto com a necessidade de apuração rigorosa e de punição dos envolvidos a transferência das ações da NEC desnuda uma sórdida manobra em que é revelado como que os interesses privados se locupletam com a convivência e subserviência de pessoas estrategicamente colocadas nos altos escalões da República. O Estado - e o escândalo NEC comprova

- lamentavelmente estava, e talvez ainda esteja, a serviço de uma casta que o usa para satisfazer seus propósitos mais escusos.

TURMA BRAVA. Na briga por manter o controle da NEC o empresário Garnero ficou só, enfrentando o então presidente Sarney, o ex-ministro Francisco Dornelles, o então ministro e hoje governador ACM, o ex-secretário geral do Ministério das Comunicações Rômulo Aguiar Furtado, o ex-presidente da Telebrás Almir Vieira Dias e o todo-poderoso empresário Roberto Marinho. Embora com posturas ambíguas em determinadas circunstâncias, a "troupe" se uniu, fomentou, patrocinou e realizou toda sorte de irregularidades para desmoralizar o empresário Garnero, enfraquecendo o morale economicamente para continuar à frente da NEC do Brasil.

Esta já é a segunda CPI que é instalada e que termina em pizza, ou bobó de camarão. De nada valeram os esforços do PT - aliado a três ou quatro outros deputados de outros partidos. A turma de José Lourenço e Ronaldo Caiado derrotou todos os requerimentos de convocação dos principais suspeitos de irregularidades. O empresário Roberto Marinho - o grande beneficiário da negociata - continua com sua "imunidade" preservada para ficar acima dos políticos, do Congresso e da lei.

A CPI da NEC caminha, novamente, contra a história. No momento que a sociedade civil se levanta, exige ética na política e decreta nas ruas o *impeachment* do presidente Collor, esperava-se mais desta CPI.

NOVA ESTRATÉGIA. Diante da desigualdade da correlação de forças dentro da Comissão e do poder que ACM e Marinho ainda detêm - impedindo que as investigações saiam da superficialidade e cheguem neles próprios, os patrocinadores das maracutaias - nosso partido já acionou a Procuradoria Geral da República para que o próprio Aristides Junqueira - ou um procurador de sua inteira confiança - acompanhe os passos finais da CPI no sentido de podermos dar seqüência ao pouco que já foi apurado e, ao mesmo tempo, possamos viabilizar uma apuração pelo Ministério Público de fatos que a CPI "esqueceu" de investigar.

O PT não pode aceitar que a CPI da NEC se encerre sem que as suspeitas que a originaram sejam de todo dissipadas. Precisamos dar seqüência ao relatório final, denunciar suas limitações e, junto com a sociedade civil, fazer como na CPI do PC, ou seja, temos que criar os fatos que permitam à opinião pública uma clara tomada de posição ao nosso lado.

Depois do que aconteceu na CPI do PC, a estratégia dos

envolvidos em falcaturas mudou. A CPI na NEC foi um nítido exemplo desta mudança de comportamento. O novo esquadrão da morte obstruiu qualquer perspectiva de investigação séria do caso. O medo de que a descoberta do fio da meada os levasse tem a perder o controle da CPI fez com que nada se pudesse apurar com isenção na Comissão.

Resta-nos não o lamento e sim a coragem de ousar e patrocinar outros tipos de investigações mais idôneas e rigorosas.

TILDEN SANTIAGO

Deputado federal (MG), representante do PT na CPI.

AMIGOS, COM NEGÓCIOS À PARTE

O Quercismo é o Malufismo cibernético. Daí haver uma certa transa natural entre ambos, e de não ser surpresa a associação entre essas corporações políticas, no plano nacional, para tentar impedir que a CPI da Vasp, no Congresso Nacional, alce vôo. Essa aliança natural vem de longe.

Maluf enterrou a Vasp, dividindo-a a fundo perdido. Quercia nada fez para reverter a situação. Depois de conviver com o naufrágio da empresa, privatizou-a. Criou um processo de "ilusionismo legalista", graças a editais tecnicamente perfeitos, a uma prática de favor e a uma maioria no Legislativo que, contando com os malufistas, impediu o esclarecimento ou a sustação do processo. O edital exigia mil e uma probidades dos candidatos. Na prática, o processo desconsiderou o fato de Canhedo ter enormes dívidas fiscais e de a empresa que fundara, a Voe-Canhedo, ser apenas uma debutante no ramo.

Não é a toa que a AL de São Paulo tampouco consiga a sua CPI para investigar a fundo as contas de Maluf. Mas a coisa não fica só nisso, nem apenas numa aliança fortuita para evitar uma inevitável queda de Maluf nas eleições de 1992. A operação da Vasp, onde Collor também se associou a Canhedo, envolve uma disputa pelo espaço aéreo nacional e internacional, a qualificação para concessões de linhas, para reduplicação das linhas já existentes, e para a compra de outras companhias como a Pluma uruguaia e a Aeroperu.

Quer dizer, estamos muito adiante do esquema simplório onde existe, por exemplo, um corruptor, um corrompível, um superfaturamento e um caixa 2. Estamos voando alto, nas alturas das novas reordenações do espaço aéreo internacional - a partir das linhas entrecruzadas das pipas do sr. Maluf e do sr. Quercia.

FLÁVIO AGUIAR



Vitória na Ultrafertil

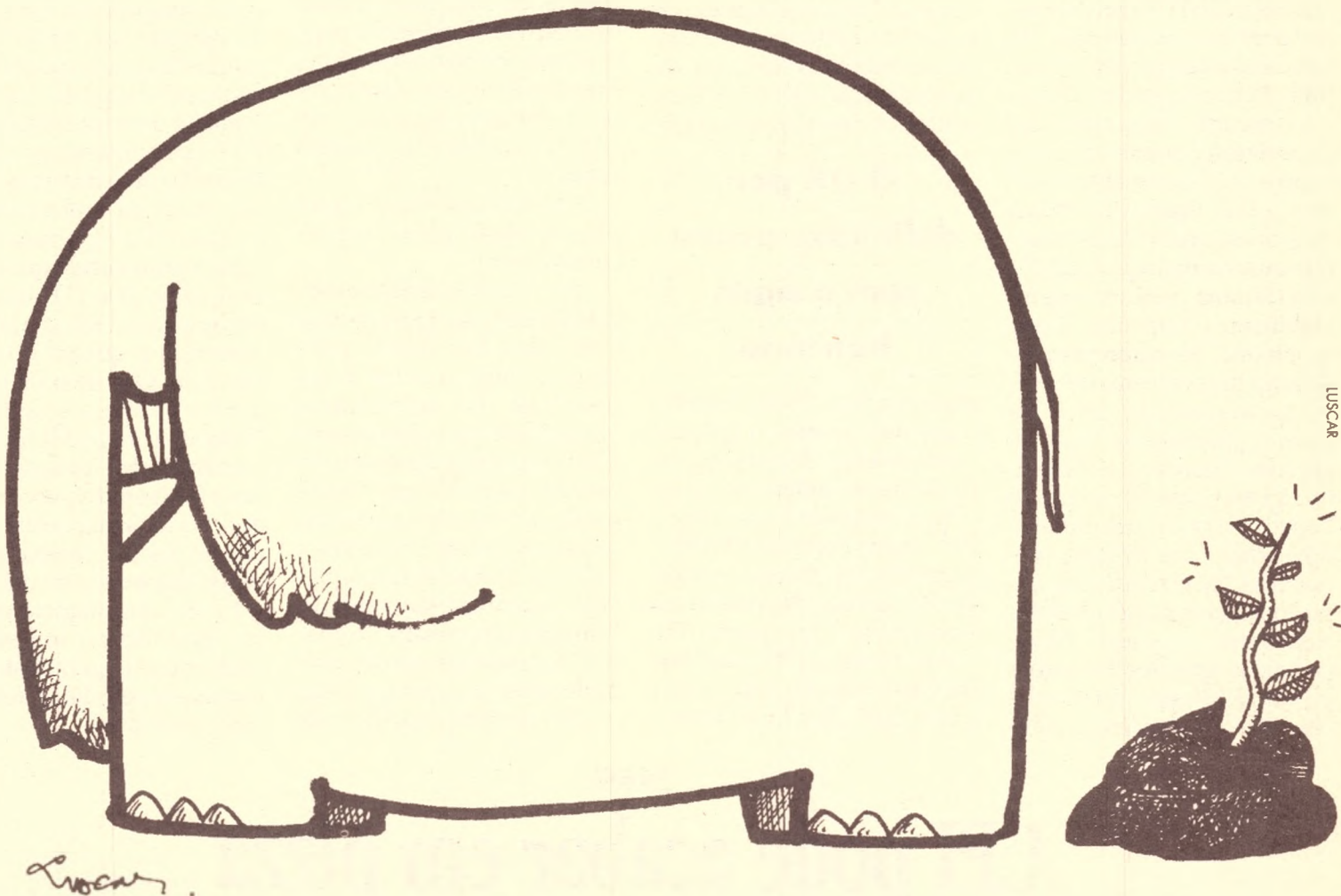
**Trabalhadores ocupam empresa
com apoio da população
e fazem recuar a privatização**

No Paraná, onde está localizada a Ultrafertil, mais uma das estatais da lista de privatização, a reação foi enérgica. Em Araucária, na região metropolitana de Curitiba, os 650 trabalhadores ocuparam a fábrica na semana passada e só a abandonaram quando o juiz da 3ª Vara da Justiça Federal de Curitiba suspendeu o leilão marcado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o dia 18 de novembro. A reação dos trabalhadores foi apoiada por estudantes e populares, que se concentraram em frente à fábrica exigindo a revisão da decisão privatista.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica (Sindiquímica) no estado do Paraná, a privatização dos sistemas Petrofertil, da qual a Ultrafertil é uma das subsidiárias, significa um grande risco para o país. Se dependesse dos grupos privados, nacionais ou estrangeiros, o Brasil seria um mero importador de fertilizantes, cuja produção representa cerca de 50% dos custos da agricultura e, conseqüentemente, dos preços dos alimentos.

O Sindiquímica do Paraná observa que somente na fábrica de Araucária foram investidos, em valores atualizados, cerca de US\$ 650 milhões. A Ultrafertil possui mais duas fábricas em Cubatão e Piaçaguiera (SP), além de um terminal marítimo nesta última cidade. A construção das três fábricas e do terminal exigiriam hoje investimentos de cerca de US\$ 1,5 bilhão em dinheiro, e não em títulos do governo, que têm sido utilizados no processo de compra das estatais.

O sindicato lembra também que a Ultrafertil já foi uma empresa privada. Ela foi criada em 1964 pelo Grupo Ultra e pela Phillips Petroleum, dos EUA, com a instalação da fábrica de fertilizantes nitrogenados em Piaçaguiera, na Baixada Santista, e comercialização de outras matérias-primas importadas. Problemas econômico-financeiros no início da década de 70 provocaram o afastamento do sócio estrangeiro. Como o Grupo Ultra não tinha cacife ou interesse em levar o projeto adiante, o governo federal determinou em 1974 que a Petrobrás Química S.A. (Petroquisa) assumisse o controle acionário da empresa. Em 1977 foi criada a Petrofertil para levar adiante o Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola. Em 1980



entrou em operação a fábrica de Araucária, inteiramente concluída com recursos da Petrobrás/Petrofertil.

ESTABILIZADA E LUCRATIVA. Recentemente, o Movimento de Defesa do Sistema Petrobrás e a Frente Nacional Parlamentarista denunciaram à Procuradoria Geral da República vários indícios de irregulari-

dades no processo de privatização da Ultrafertil, como a disparidade na avaliação do patrimônio da empresa. A diferença entre as avaliações feitas pela Consultora Price Waterhouse (US\$ 425 milhões) e pelo Consórcio Atlantic Capital/Paulo Adib (US\$ 188 milhões) é de nada menos que 126%, o que, conforme o Decreto 99.463, exige uma tercei-

ra avaliação patrimonial.

A exemplo de outras empresas privatizadas e aquelas com leilões já marcados, a Ultrafertil é uma empresa estabilizada e lucrativa, atuando num mercado com enorme repercussão sobre a formação de preços. Para se ter uma idéia, basta citar que ela produz 450 mil toneladas/ano de uréia e 350 mil toneladas/ano de amô-

nia, tendo registrado no ano passado um faturamento líquido de US\$ 91 milhões.

A Ultrafertil é pioneira no Brasil em processamento de piche. Mais um patrimônio que pode ser jogado na lata do lixo ou nas mãos dos monopólios de produção de fertilizantes.

LUIZ FERNANDO ESTECHE,
de Curitiba.

ADUBANDO OS LUCROS PRIVADOS

A privatização das estatais foi uma das exigências fixadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) no acordo firmado pelo governo Collor. Agora os credores externos fazem grande pressão para que o governo Itamar Franco não apenas dê continuidade ao programa de privatização, como acelere a venda das estatais.

O Grupo Petrofertil - braço da Petrobrás que atua no setor de fertilizantes químicos - foi incluído desde o primeiro momento no Programa de Privatização. Antes do início da privatização, a Petrofertil controlava cinco empresas, com unidades operacionais espalhadas por oito estados de quatro regiões geográficas distintas.

Os fertilizantes não orgânicos adquiriram importância fundamental na agricultura, alavancando o fantástico aumento de produtividade verificado neste século. Até a década de 50, o Brasil dependia fundamentalmente das importações de fertilizantes químicos.

A partir de maciços investimentos estatais - suprimindo a falta de interesse do capital privado - o Brasil conseguiu superar o atraso, caminhando a passos largos rumo à auto-suficiência na produção de adubos químicos. Em 1973, o país só produzia 13% dos fertilizantes consumidos pela sua agricultura. Em 1985, a produção nacional já atendia 85% da demanda, um salto sustentado exatamente pela Petrofertil.

A privatização em curso - que já entregou duas subsidiárias da Petrofertil à iniciativa privada: a Goiásfertil e a Nitrofertil vem sendo preparada de longa data. Em 1982, o então presidente da Petrobrás, Shigeaki Ueki, adotou uma medida perversa que abalou a sustentação financeira da Petrofertil. Para atender interesses privados, ele proibiu a Petrofertil e suas subsidiárias de produzir e vender fertilizantes compostos diretamente aos agricultores.

BAIXO CONSUMO. Sem necessidade de investimentos significativos, empresas privadas compram a matéria-prima produzida pela Petrofertil, fazem a mistura e vendem o fertilizante aos agricultores, obtendo lucros fantásticos. O adubo é um dos insumos que mais oneram a atividade agrícola. A proibição irresponsável da venda direta pela Petrofertil aos agricultores encareceu enormemente o produto. O aumento dos custos do produtor foi repassado ao preço dos produtos agrícolas e quem acabou pagando a conta foram os consumidores.

O Brasil é o 6º maior consumidor mundial de adubos químicos. Mesmo assim, o consumo do país é baixíssimo, quando comparado com outros países onde a agricultura é mais desenvolvida. O Brasil consome anualmente 52 kg por hectare, contra 433 no Japão, 421 na Alemanha, 237 na China, 107 nos EUA, 83 no Paquistão e 54 na Índia. O baixo consumo de fertilizantes tem a ver com o atraso da agricultura brasileira cuja superação passa por reformas estruturais que revertam a concentração da propriedade da terra.

A privatização da indústria brasileira de fertilizantes é um autêntico atentado aos interesses nacionais. Para adubar os lucros do setor privado, o governo vai paralisar a produção de insumos estratégicos para o desenvolvimento da nossa agricultura. A privatização da Petrofertil vai aumentar a dependência do país das importações de adubos químicos, colocando-o à mercê dos preços fixados pelo mercado internacional.

Pelo futuro da agricultura brasileira devemos exigir que o governo suspenda imediatamente o processo de desmonte e alienação do Grupo Petrofertil.

PEDRO TONELLI,
Deputado federal pelo PT-PR.



O buraco é mais em cima

Democratas e republicanos
são farinha do mesmo saco.

Mas o moinho de Bush era ruim que dói.

Nas últimas semanas o geral da imprensa brasileira deu a impressão de uma leve torcida em favor de Bush. Não era tanto pelas qualidades do candidato republicano, que se afundou na maré de suas políticas anti-sociais; era sim o temor de que com a criança (ou o velho...) fosse também a água do banho, isto é, o caldo de cultura neoliberal que alimenta a retórica conservadora no nosso (seu) terceiro. Até certo ponto, a preocupação se justifica: o eleitorado dos Estados Unidos compareceu em massa para dizer não a 12 anos de política republicana que levaram o pobre à bancarrota e o rico a ficar mais rico. Somada ao fato de que semanas atrás os canadenses disseram não igualmente ao acordo constitucional e à política de patrocínio conservador (ver box), a eleição norte-americana significa a maior derrota do momento das perspectivas de "modernização conservadora" das economias mundiais.



cionistas do mundo em relação a nós - ao sul do Rio Bravo, ou Grande, embora não tenham conseguido se proteger dos japoneses - e uma política de comércio que não tem beneficiado em nada os povos do sul do continente. O "Merconorte" com o México e Canadá tinha mais o sentido de cobrir com esparadrapo as seqüelas da recessão e diminuir o poder de barganha dos sindicatos. Clinton herda uma economia desacreditada e uma política externa crivada de hesitações e shows

efetivos apenas do ponto de vista visual, como o da Guerra do Golfo.

TIME IS MONEY. Uma coisa é certa: Clinton temperou a equipe de economistas acadêmicos do Partido Democrata, de tradição liberal, com economistas de tradição mais conservadora, conseguindo criar uma espécie de salada cósmica entre posição tradicional do seu partido, mais agressiva do ponto de vista social e no controle dos lucros, e o impulso de atrair a confi-

ança dos investidores do grande capital. Clinton terá de responder rapidamente ao desafio comercial dos japoneses, de um lado, e ao desemprego, do outro. De um lado, terá de recuperar terreno na América Latina, onde a política pusilânime de Bush em relação ao governo ditatorial do Haiti (!) mostrou a fragilidade da política externa norte-americana fora dos bombardeios massivos e coisas do gênero; de outro, terá de se definir perante os grupos da direita cubana, que começarão a pressioná-lo para intervir em Cuba, como fizeram com Kennedy em 1961. No plano de combate à recessão Clinton planeja incentivar, através de cortes em impostos, a política de pleno emprego; ao mesmo tempo, os grupos industriais quererão apoio para uma política que consolide as perspectivas de automação e de uso da mão de obra mexicana no que for possível, porque é mais barata. No plano social, novos desafios devem se antepor aos chamados por uma "nova esperança" os Estados Unidos hoje são um país bilíngüe (inglês e espanhol) e, embora de modo não tão dramático como aqui, uma rede de miséria se estende pelas suas principais cidades. A questão agora é se Clinton vai se deixar fritar a fogo lento nessa rede de contradições, como seu antecessor Jimmy Carter, ou se vai começar a pôr fermento na fatia do social. A tradição recente dos governos e iniciativas democratas aponta a primeira alternativa; a necessidade de sobrevivência, a segunda.

FLÁVIO AGUIAR

AINDA COM OS POBRES

Naufragou a tentativa do Vaticano em consolidar sua tutela sobre a Igreja latino-americana. Na IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, que se realizou de 12 a 28 de outubro em São Domingos, capital da República Dominicana, os bispos se rebelaram contra a iniciativa dos cardeais ligados diretamente ao papa João Paulo II de esvaziar o encontro. "Foi uma tentativa de Roma terminar com a autonomia das conferências episcopais e do próprio Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano)", avalia o padre José Oscar Beozzo, especialista em história da Igreja na América Latina que assessorou os Bispos progressistas em São Domingos.

Segundo Beozzo, os vaticanistas tentaram restringir as discussões em grupos e limitar as temáticas da conferência a assuntos internos da Igreja. Mas a reviravolta dos bispos resgatou vários temas que tinham sido amplamente debatidos nas comunidades e pastorais desde 1989. Assim, o documento final de São Domingos, que deve ser ratificado pelo papa nos próximos dias, reafirma a opção preferencial pelos pobres e inclui novos temas como ecologia e integração latino-americana.

Há uma crítica dura em relação ao neoliberalismo - os bispos condenam explicitamente a desregulamentação indiscriminada do mercado, a redução dos gastos sociais e a eliminação de partes importantes da legislação trabalhista. Defendem, ainda, a necessidade de se transformar as democracias formais em reais e operativas.

Em alguns aspectos São Domingos avançou mais que os encontros de Medellín (1968) e Puebla (1979).

Porém, a cristologia (teologia em torno de Jesus Cristo) apresentada no documento, segundo Beozzo, é abstrata e desencarnada da realidade. O mesmo ocorre na parte de eclesiologia (teologia em torno da Igreja), que contém uma visão da Igreja anterior ao Concílio Vaticano II.

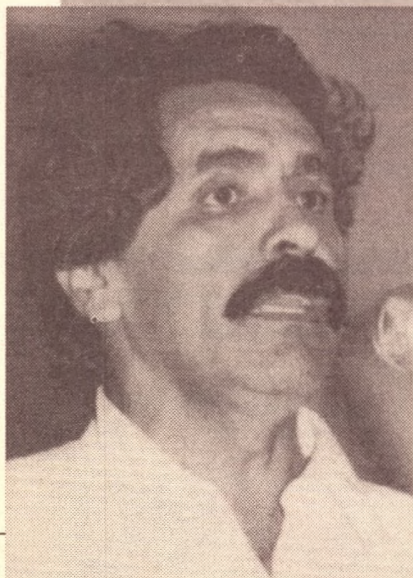
ALBERTO PEREIRA

CANADÁ: OS MUITOS NÃOS DE UM NÃO

A imprensa centrou fogo no separatismo do Quebec de língua francesa para explicar tanto o acordo patrocinado pelo governo conservador do Canadá quanto o resultado da votação que rejeitou o acordo. Isto é verdade apenas em parte. A acreditar-se nessa versão o Canadá parece um paraíso social perturbado apenas por um grupo de gente que teima em falar francês quando deveria falar inglês. A questão constitucional do Canadá tem mais de cem anos de existência e pode durar outros tantos: é uma herança das contradições da política do Império Britânico que, no século passado, promoveu a união das províncias naquela região como forma de conter o avanço dos Estados Unidos da América do Norte, num quadro de desigualdades sociais muito grande entre seus povos constituintes. Sem falar nas repressões sobre os habitantes de fala francesa ou mestiços (em geral de franceses, irlandeses e nativos) que chegaram aos extremos de enforcamentos em praça pública. Aquela é uma questão que não vai se resolver em pouco tempo, e a política recessiva do Partido Conservador só fez ampliar os espaços de dúvidas e confrontos. Neste sentido o não votado tem um aspecto positivo (!): as questões e a história continuam de pé. Ganhasse o sim, ficariam enterradas.

E AGORA, JOSÉS? Mas segue ainda a incógnita do que fará Clinton com a herança (e as esperanças de uma política de pleno emprego, de retomada das políticas sociais, de direitos humanos e de redistribuição, ainda que relativa, da riqueza nacional) que recebe. Em matéria de política externa, então, ainda é cedo para arriscar qualquer previsão. A imprensa brasileira acionou o dispositivo de temores de que Clinton comece uma política "protecionista", baseada em "acordos" com os sindicatos, que levaria a restrições em relação ao comércio com a América Latina. Ora, ao contrário do que se pensa, os Estados Unidos já seguem uma política das mais prote-

Por que eu assino Brasil Agora?



HUGO SCOTTE

Eu assino **Brasil Agora** porque espelha o pensamento mais progressista do país e aprofunda o debate das grandes questões nacionais.

Olívio Dutra
Prefeito de Porto Alegre

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado à EDITORA BRASIL AGORA LTDA. Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Fones (011) 222.6318, 220.7718 e 223.2974

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____

FONE _____ UF _____ CEP _____

PROFISSÃO _____

- Assinatura 12 edições Cr\$ 100.000,00
- Assinatura para o exterior (semestral US\$ 30,00)
- Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 200.000,00
- Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 300.000,00

BRASIL AGORA



Assine você também

Ao contrário do que se diz do leite, adianta sim chorar o sangue derramado. Mas não adianta ficar só nisso. É preciso saber como ancorar a memória no presente e a partir daí sonhar com o futuro. Museu vivo de todas as utopias da humanidade, as Américas continuam a encarnar esse drama de como arrancar caminhos novos das catástrofes do passado.

No dia 12 de outubro de 1992, fui visitar o museu de Ellis Island, em Nova York, onde uma viagem de estudos me levava. Ellis Island é uma ilha na baía do rio Hudson, em frente à Estátua da Liberdade. É a ilha onde ficavam os imigrantes, aquela da sala de espera que aparece em todos os filmes de imigrantes, com os guardas secos batendo carimbos em papéis amassados. Foi transformada num museu extraordinário, um museu dedicado à formação do proletariado norte-americano. Ali estão as fotos, os documentários, os documentos, as vestes, os objetos recuperados, os passaportes, as passagens, os salvo-condutos, os olhares, destes pequenos Colombos deserdados que refaziam o caminho do genovês em busca de suas utopias e paraísos particulares. A sala mais impressionante do museu fica no andar superior, e se chama *O Silêncio*. Ali estão, cobertos de pó e desmantelados, os objetos encontrados na ilha e que não foram identificados, como um piano arrebentado, bonecas quebradas, cadeiras sem encosto, ferramentas abandonadas. Olhando aquilo, pensei no ideal de Fukuyama, o do fim da história: só se for o fim da história bonitinha, aquela de vestido engomado e lacinho na cabeça.

TOTENS. No mesmo espaço de viagem, encontrei tempo para visitar o Museu da Civilização em Ottawa, capital do Canadá. Nele há uma sala de tirar o fôlego. É a maior sala que já vi na minha vida; ali dentro as pessoas ficam como devia se sentir um grego diante do Hades, ou Morada dos Mortos. E está repleta de totens - gigantescos, imponentes, majestosos. Alguns foram recuperados da Austrália, para onde os levaram as vicissitudes do Império Britânico. Diante de algo tão magno, a gente pensa na tragédia, no genocídio, e ao mesmo tempo na beleza de tudo aquilo. Existe uma força ali, dessas que se prendem na garganta e não saem mais. Fim das utopias? Só se for para os que cansaram de ver,



DMUGACAO

5º CENTENÁRIO

As Américas por vir

Em 92 filmes, comemorações, prêmios, polêmicas em torno do 5º Centenário da chegada de Colombo às Américas recolocaram em cena o drama das utopias.

ouvir, sentir, farejar, tatear.

No mesmo museu há um andar dedicado à vida dos negros no Canadá. Ali estão as jornadas de luta, a memória dos ex-escravos, dos que fugiam dos Estados Unidos, do seu Fulano de Tal que foi arrancado de algum lugar do Sudão e desaguou naquelas paragens. É um museu oficial, organizado desde um ponto de vista oficial, pois encontramos ali, por exemplo, uma descrição acurada e algo elogiosa de como as tropas britânicas eram capazes de controlar tumultos; ao mesmo tempo é uma reconstrução organizada por quem tem o apreço de sua própria história.

DRAMA. A América foi um sonho que não deu certo? O filme 1942: *A conquista do paraíso*, de Ridley Scott, com Gerard Depardieu no papel de Colombo e Sigourney Weaver como Isabel de Castela, é eloqüente nesta demonstração. Centrado na

figura do navegante, o filme expõe o drama de como a reconstrução da Europa em território americano não funciona e não chega a se enraizar completamente. Neste sentido o filme trata muito mais dos dramas do homem na Renascença européia, perdido em meio a uma natureza que ele não compreende mais, porque bruscamente ampliada. A melhor seqüência do filme é a da destruição da cidade erguida por Colombo na ilha a que chegou, por um tornado. Metaforicamente a seqüência evoca o despertar na história de violências e energias que jogavam misturadamente com utopias e infernos à deriva das paixões e da cobiça, ao invés de serem as antigas âncoras de comportamentos e poderes solidamente consolidados.

Enigmática, a figura de Colombo continua pairando sobre as desditas do continente. Muito verbo gastou-se em elogiá-lo ou em apostrofá-lo. Muitas e muitas or-

ganizações de minorias e outras semelhantes entregam-se à tarefa de contestar o seu status de herói, atribuindo-lhe o de vilão. "Colombo era um genocida", repetiu-se em toda a América, pondo um tanto na sombra o fato de que talvez ele fosse simplesmente um visionário

mau administrador, um joque na orla da expansão, essa sim genocida, dos impérios e da fé cristã. Em meio ao furacão, no filme, o amigo índio de Colombo repinta-se com as cores de sua cultura e desaparece, admoestando o navegante por este nunca ter aprendido a sua língua. A imagem é significativa: talvez por não aprender a língua do outro, o navegante ficou prisioneiro da "língua do outro", que o leva à ruína enquanto enriquece Isabel, Castela e Espanha. Em suma, viajou sem viajar, sonhou preocupado apenas com o dia seguinte.

NOBEL. O drama de Colombo, como evocado no filme, aparece de cabeça para baixo nas palavras de Rigoberta Menchu - prêmio Nobel da Paz de 1992, num gesto da Academia Sueca que também evoca os dramas da Conquista - quando ela diz: "Apesar das longas noites de trevas e de dor que representa o 5º Centenário, para além de traçar a culpabilidade dos conquistadores, esse evento deve marcar o início de um processo que venha a construir condições favoráveis a um verdadeiro encontro de todas as culturas americanas sobre as bases da igualdade, do respeito mútuo, da paz, da cooperação e do desenvolvimento independente".

A América ainda tem tempo para ser um espelho, imagem de reversão da tragédia humana, uma imagem avessa ao esquecimento ou aos limites da lamentação. Um dos poemas mais conhecidos de Derek Walcott - o poeta centro-americano que ganhou o Nobel da Literatura - chama-se "Amor depois de amor", e diz que "vais amar de novo o estranho eu que eras"

É isso aí. A América tem a força e a fragilidade de um espelho, de um ensaio.

FLÁVIO AGUIAR

AMOR DEPOIS DE AMOR

"O tempo virá de, num impulso, receberes a tua chegada à tua própria porta, em teu próprio espelho, e cada um sorrir ao sorrir do outro

e de dizer: senta. Come. Vais amar de novo o estranho eu que eras. Serve o pão e abre o vinho. Abre de novo teu coração a ele mesmo, ao estranho que te amou

por toda a vida, a quem esqueceste por outro, mas que te conhece de cor. Tira as cartas de amor da tua estante, as fotos, as notas de desespero, despega a tua própria imagem do espelho. Senta. Comemora a tua vida."

Derek Walcott



BRASIL AGORA

